SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO DAIRE

ATA NÚMERO TRÊS DE DOIS MIL E DEZOITO

---------Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e dezoito, nesta vila de Castro Daire e Auditório da Assembleia Municipal, reuniu o Órgão Deliberativo, em conformidade com o disposto nos artigos 27.º e 49.º, do Anexo I, da Lei número 75/2013, de doze de setembro na sua atual redação. Eram nove horas e trinta minutos quando, pela Senhora Presidente da Mesa, foi iniciada a sessão, com a seguinte ordem de trabalhos: ----------

Ponto Um – Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de vinte e três de abril de dois mil e dezoito. ----------

Ponto Dois – Análise, discussão e votação da modificação – Revisão número um de dois mil e dezoito, para integração do saldo de gerência do ano de dois mil e dezassete no orçamento municipal deste ano de dois mil e dezoito, nos termos do disposto na alínea a), do número um, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro.----------

Ponto Três – Discussão e pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para, de acordo com o número dois do artigo 51.º da Lei número 73/2013, de três de setembro, contrair empréstimo destinado a Investimento Municipal.----------

Ponto Quatro – Análise, discussão e aprovação do relatório de avaliação de propostas – Contratação de empréstimo, ao abrigo do artigo 51.º, do número um, da Lei número 73/2013, de três de setembro, para aplicação em investimentos, até ao montante de 1.446.554,51€ (um milhão, quatrocentos e quarenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e quatro euros e cinquenta e um cêntimos).----------

Ponto Cinco – Análise, discussão e aprovação do relatório de avaliação de propostas – Contratação de empréstimo de médio/longo prazo, ao abrigo do artigo 101.º – operação de substituição de dívida – da Lei número 114/2017, de vinte e nove de dezembro, para exclusiva aplicação na liquidação antecipada dos empréstimos: BEI 09-0250-Feder-013028 e BEI 08-0231-Feder-020019, até ao montante de 109.323,67€ (cento e nove mil, trezentos e vinte e três euros e sessenta e sete cêntimos).----------

Ponto Seis – Análise, discussão e votação, nos termos do disposto na alínea o), do número um, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro, da alteração do Mapa de Pessoal, para o ano de dois mil e dezoito.----------

Ponto Sete – Análise, discussão e votação, nos termos do disposto na alínea p), do número um, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro, da Concessão de Imóvel do

domínio público – Infraestruturas de Apoio à Prática de Desporto e Aventura no Rio Paiva – Lodeiro – Cabril, bem como dos Termos da referida concessão. ----------

Ponto Oito – Análise, discussão e votação, nos termos do disposto na alínea g), do número um, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro, relativo ao Programa Municipal de Apoio à Melhoria Habitacional. ----------

Ponto Nove – Apreciação, nos termos da alínea c), do número dois, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei número 75/2013 de doze de setembro, da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal, relativamente à atividade do Município, bem como da sua situação financeira. ----------

Ponto Dez – Aprovação, nos termos do disposto no número três e para efeitos do disposto no número quatro do artigo 57.º do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro, da ata em minuta para produção de efeitos imediatos e eficácia externa. ----------

--------- ----------

---------A Senhora Presidente da Assembleia Municipal iniciou a sua intervenção cumprimentando o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores e os Senhores Membros da Assembleia Municipal. Disse estarem reunidas as condições para se dar início à sessão ordinária da Assembleia Municipal do mês de junho.----------

---------**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** ----------

---------**Período de intervenção do Público de harmonia com o número um, do artigo 49.º, do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro.** ----------

---------A Senhora Presidente da Assembleia Municipal dirigiu-se ao público presente – Senhor Carlos Rodrigues e Dona Célia Rodrigues – perguntando-lhes se pretendiam intervir. ----------

---------Interveio a Dona Célia dizendo que talvez não estivesse no sítio certo para expor o seu problema, visto ter pensado que iria decorrer uma Reunião de Câmara e não uma sessão de Assembleia Municipal. Disse estar em representação da empresa Kbs concessionário do bar das Termas do Carvalhal, tendo um conjunto de situações pendentes, sendo a Reunião de Câmara o sítio ideal para as expor. Referiu-se a um contrato celebrado há três anos não sabendo exatamente, se nesta sessão de Assembleia seria o sítio certo para ver esclarecidas essas mesmas questões. Destacou que reuniu algumas vezes com o anterior e atual executivos visto existirem algumas intervenções que se tornam urgentes e que continuam a não estar feitas. Necessita de respostas para resolverem os problemas, tendo em conta que o verão está a chegar sendo cada vez mais urgente que essas decisões sejam tomadas e as respostas sejam dadas à empresa que representa. -

---------Interveio a Senhora Presidente da Mesa dirigindo-se à Dona Célia Rodrigues e comunicando que passaria a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, de modo a serem prestadas informações acerca dos problemas a que a Dona Célia Rodrigues se refere. Acrescentou que a Assembleia Municipal não tem conhecimento do problema em si, mas será importante esclarecer, em concreto, a situação que preocupa a munícipe. ----------

---------**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**----------

---------Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara cumprimentando os presentes e para esclarecer os deputados da Assembleia Municipal, referiu que esta questão, diz respeito a algo que foi acordado verbalmente com o anterior executivo, não havendo nada por escrito. O anterior executivo, quando confrontado sobre quem tinha essas responsabilidades afirmou que o que havia sido acordado, está escrito. Desta forma, o executivo ficou sem poder dar continuidade àquilo que são as solicitações da empresa. Sugeriu que a Dona Célia comparecesse à próxima Reunião de Câmara podendo ser esclarecida acerca dos assuntos expostos.----------

---------**Leitura e apreciação do expediente.** ----------

---------A Senhora Presidente da Assembleia Municipal iniciou a sua intervenção dizendo que esteve presente no concerto das Maias, a convite da Direção da Sociedade Filarmónica de Mões, que teve lugar no dia vinte oito de abril. Também esteve presente na apresentação da banda Flor do Rio e dia do sócio, em Moledo, que teve lugar no dia treze de maio a convite daquela associação. Recebeu ainda, a trinta de abril, um ofício para constituição do Grupo Municipal do Partido Popular (CDS-PP) e assinado pelo Dr. Carlos Bianchi, primeiro secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Castro Daire. Informou do envio, através de correio eletrónico, da cópia dos estatutos e informações acerca da criação da Associação Nacional das Assembleias Municipais e ainda participou no primeiro congresso do órgão agora referido, na cidade de Mafra, no dia dezanove de maio, contando com a presença da Senhora Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, Dr.ª Maria Manuela Leitão Marques e do Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais, Dr. Carlos Miguel. Nessa altura foram apresentadas propostas e moções. Decorreram também eleições para os órgãos sociais, mesa de congresso, conselho geral, conselho fiscal e direção, da qual também esta Assembleia Municipal faz parte, tendo sido formulado o convite, que a Senhora Presidente da Assembleia Municipal aceitou, mas enquanto suplente. A moção apresentada e aprovada, bem como o resumo do congresso será enviado a todos os elementos deste órgão, por correio eletrónico. Enviaram-se as moções aprovadas na última sessão ordinária de Assembleia Municipal, relativas à Requalificação Urgente da Estrada Nacional duzentos e vinte e cinco e Requalificação da Escola Secundária de Castro Daire e foram rececionadas as comunicações do seu recebimento, a destacar: Gabinete do Presidente da Assembleia da República, Chefe da Casa Civil do Presidente da

República, Gabinete do Senhor Primeiro-ministro (este gabinete informa que foi enviada a informação para o gabinete do Senhor Ministro da Educação a moção referente à requalificação da Escola Secundária de Castro Daire e para o gabinete do Planeamento e das Infraestruturas a moção da requalificação da Estrada Nacional duzentos e vinte e cinco). ----------

---------**Assuntos gerais de interesse autárquico nos termos do disposto no artigo 52.º do Anexo I à Lei número 75/2013, de doze de setembro.** ----------

---------Intervenções dos Deputados da Assembleia Municipal ----------

---------**João Cândido da Silva Henrique** ----------

---------Iniciou a sua intervenção cumprimentando a Senhora Presidente da Mesa e os Senhores Secretários, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores, o Senhor Carlos, a Dona Célia e os colegas. Disse trazer uma reclamação, uma sugestão e umas curiosidades. A reclamação é que, era para trazer fato e gravata, mas não conseguiu porque a sala da Assembleia Municipal está muito quente. A sugestão, é que muito se fala de Proteção Civil, sabe que se fizeram algumas limpezas, mas seria essencial que, eventualmente, a Assembleia pudesse tomar, tentar e levar a quem decide, a seguinte situação: Já repararam que em termos de IRS (Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares), leva-se o periquito, o cuco, o melro, etc. ao veterinário, sendo feito o desconto direto no IRS. Isso, só contaria para aqueles terrenos uma formiga, como faz parte dos animais também é a mesma coisa. Porque é que, matando dois coelhos com a mesma cajadada, aquelas pessoas que têm efetivamente uma despesa com a limpeza das matas, essa fatura não vai cair num quadro específico do IRS e desta forma, teria um desconto no IRS e isso só contaria aqueles que estão registados no nome da própria pessoa nas Finanças, o que originaria o, *dois em um*. Havia o registo e identificação dos proprietários dos prédios e ao mesmo tempo conseguia-se que essa pessoa tivesse uma contrapartida nesta situação. Há preocupação com o cuco, melro, gaio (com os quais é de todo importante preocupar) mas também é necessário preocupação com o oxigénio, para se poder respirar e muitas vezes estão a marimbar-se. O Homem pode morrer agora o cuco e o gaio é que não. Sugeriu, também, que a Assembleia pudesse peticionar ou chamar-lhe o que quiserem e levar a quem de direito, às pessoas que decidem. Também se referiu a algumas curiosidades, nomeadamente às despesas feitas pela Câmara, no anterior executivo, sem requisição tendo o deputado deixado a seguinte questão: Existiam as despesas feitas que estavam sem requisição, ou não? Qual o montante? A contabilidade da Câmara refletia essas despesas, ou não (disse pensar que não deveriam refletir, porque não existiam, à partida)? Esta Assembleia foi ludibriada nas contas e apresentaram contas que estavam erradas, ou não? Disse que teve oportunidade de ir àquilo que chamam as piscinas, nomeadamente à parte debaixo estando tudo a cair e face ao que se vê, há alguma possibilidade de ser composta? Acrescentou que era importante

que se esclarecessem ali estes assuntos, pois ao deputado foi transmitido que não tem possibilidade de ser composto e tendo que ir tudo abaixo. Questionou ainda se os prédios localizados na parte de baixo das piscinas não vão levar com o muro que está rachado. Com muita assertividade, deixou a seguinte questão: o Senhor Chefe da DOMA (Divisão de Obras Municipais e Ambiente), mais precisamente o Senhor Engenheiro Ernesto, não tem nenhuma responsabilidade nisto? Deixou uma queixa referindo que mora naquilo que se chamava um bairro chique, mas agora pensa que é o bairro choque e o deputado chama o bairro dos "práquiestão". Salientou que, quando fossem tapar os buracos com alcatrão tivessem cuidado porque, existem alguns que não poderão ser tapados, nomeadamente aqueles por onde saem as águas pluviais que vêm para a rua. Sublinhou que quando os tapam, a água sai em casa do deputado e dos outros moradores daquele bairro. Acrescentou que aquele sítio virou favela e até os fios do telefone quase arrastam junto aos passeios, ainda que os postes estejam muito direitinhos, os fios estão em molhos. Para agravar essa situação, existe luz em todas as ruas de Castro Daire e naquele bairro não tem iluminação. Referiu-se à tela do campo de futebol que foi despejada em frente à casa do deputado e que precisa de ser removida. ----------

---------**Albino dos Reis Ramos** ----------

---------Iniciou a sua intervenção cumprimentando a Senhora Presidente da Mesa, os Senhores Secretários, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, todos os amigos e público presente. Disse que o que o leva a intervir é também uma curiosidade, uma vez que constou ao deputado que nenhuma das bandas de Castro Daire foi convidada para a abertura das Festas de São Pedro e que terá sido convidado um grupo de Bombos de Pendilhe. Acrescentou não ter nada contra Pendilhe, afirmando mesmo que gosta daquela gente mas disse gostar muito mais do concelho do deputado, considerando necessário ajudar/considerar ao máximo aquelas que são estruturas fundamentais na cultura e no recreio, as bandas musicais que são quatro, segundo o que consta, Castro Daire, Mões, Reriz e Moledo que necessitam ser apoiadas e apoiar é de facto convidá-las para atuar no concelho/vila porque, efetivamente, as pessoas que a constituem e fazem parte da banda gostam de vir, gostam de se apresentar, gostam de atuar dentro daquilo que é o concelho. Referiu-se ainda aos jovens que frequentam as bandas, semeando a música e a cultura e criando valores para o futuro não devendo ser ignorado face à sua importância. ----------

---------**José de Almeida Gonçalves** ----------

---------Deu início à sua intervenção saudando a mesa na pessoa da Senhora Presidente, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, todos os colegas e público em geral. Disse que parte da sua intervenção já foi abordada, visto que o deputado João Henrique já fez referência àquilo que o deputado tinha intenção de dizer. Todavia, há uma pergunta que gostaria de colocar, pois fruto

dos incêndios de Pedrógão e Mação, os bombeiros, os autarcas e a proteção civil foram constituídos arguidos. Desta forma, quis chamar a atenção da Assembleia que, para quem conhece a estrada do Lodeiro para Vila Maior, a partir desta altura do ano, aquele local é uma autêntica armadilha para pessoas que lá passam ou que vão ao rio e na eventualidade da deflagração de um incêndio, pode criar-se uma situação muito preocupante. Diz desconhecer se o executivo perante a Lei que saíu poderá fazer algum tipo de intervenção de modo a evitar que algo de mal possa acontecer, já que perante o deflagrar de um incêndio, ter-se-á naquele local um autêntico vulcão.----------

---------**Marco Aurélio Lyrio Andrade**----------

---------O deputado iniciou a sua intervenção saudando o Senhor Presidente da Câmara e os seus Vereadores, a Senhora Presidente da mesa e os Senhores Secretários e os colegas. Fez referência ao que foi dito pelo deputado João Henrique dizendo que concorda com o facto dos proprietários poderem ter descontos em sede de IRS nas limpezas, o problema é que mais de noventa por cento dos proprietários estão isentos de apresentação de declaração de IRS, pelo que se calhar pouco iria beneficiar e talvez só para proprietários com grandes descontos poderiam ter benefício em sede de IRS, sendo esta a opinião do deputado. Referiu-se à iluminação pública e fez saber que cada vez que há trovoada em Mões, o PT central é sempre o mais lesado, ficando desligado e dando problemas específicos às pessoas que vivem nessa zona. Também disse que dados os constrangimentos que existiram na aplicação dos produtos fitofármacos, em termos de *timings*, pois cada vez que chove é necessário suspender a sua aplicação, acontece que está a chegar a fase grave das festas e ainda não foi aplicado em toda a freguesia, disse que gostaria de propor, se possível, que o executivo reunisse todas as condições, como em outros municípios no distrito de Viseu, para que se tornasse uma entidade aplicadora de fitofármacos, já que o deputado consultou a página da DRAP (Direção Regional de Agricultura e Pescas) tendo analisado que municípios como Carregal do Sal, Mangualde, Nelas, Tondela, Viseu e Sátão são entidades aplicadoras. Desta forma, caso o município fosse uma entidade aplicadora, com a mesma verba poderia ser possível aplicar mais vezes, utilizando o pessoal que é da autarquia e as pessoas com Contrato de Emprego e Inserção. ----------

---------**Lino Gonçalves da Silva** ----------

---------Deu início à sua intervenção cumprimentando todos os presentes, nomeadamente a Senhora Presidente da Assembleia Municipal e os seus Secretários, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os colegas presentes, o público, a referir o Senhor Carlos e a Dona Célia e a Professora Idália que está secretariar as atas da Assembleia. Disse que traz a discussão duas ou três questões pois entende, e sempre o disse, que esta é a casa da democracia onde tudo deve ser esclarecido para que qualquer um de nós possa fazer os esclarecimentos solicitados pelos

munícipes do nosso concelho, quando questionados. Perante o exposto, o deputado fez a seguintes questões ao Senhor Presidente da Câmara Municipal: Quanto custa cada transmissão da nossa seleção no ecrã que foi montado no Jardim Municipal, por quantos jogos foram ajustados, pois é sempre uma incerteza se seria para a fase de grupos e caso a seleção passe se haverá o privilégio de continuar a ver a nossa seleção através dum ecrã gigante. Quem foi a empresa? Se houve concurso? Se o palco onde está esse ecrã foi montado pelos colegas do deputado, ou seja, os funcionários do município de Castro Daire. Também foi sugerido no mandato anterior e aprovado por esta Assembleia o empréstimo para se fazer uma nova conduta de água de acesso à vila e ao concelho, e diz pensar que seria para estar concluída neste verão, podendo a mesma dar um certo apoio e benefício aos incêndios. Desta forma, questionou se o Senhor Presidente já tem prazos previstos para a construção e como estão a decorrer as obras. Acrescentou que não sabe se já iniciou e relembrou que o Senhor Presidente havia dito em sessão de Assembleia que iria fazê-lo, e bem, por administração direta, contribuindo para alguma poupança, poupança essa que interessa a todos. Referiu-se ainda aos apoios que se atribuem através de protocolos e/ou Contratos-Programa com as Associações e se vão dar continuidade ao mesmo modelo, aprovado pela Assembleia e se os valores se mantêm ou se aumentaram, porque também se deve estar algo preocupado com essa distribuição de dinheiros. A última questão apresentada foi relativa às horas extra dos funcionários municipais. Disse ter-se deparado, neste último mês, que ficaram horas extra por pagar. Também disse que, relativamente às horas extras e referentes ao ano anterior, disse compreender que o atual executivo necessita ter alguma cautela e conhecimento suficiente se as deve pagar, ou não, se foram, ou não, realizadas. Todavia, todas as que foram feitas, a partir deste ano e que são da inteira responsabilidade e conhecimento deste executivo devem ser pagas. Também fez referência a uma carrinha do Município que teve um vidro partido, há umas semanas atrás e que anda no apoio à cultura, ao desporto e à educação, ou seja, três pontos muito importantes e essenciais para o concelho. Todavia, passaram-se algumas semanas e o vidro continua a não estar colocado em detrimento de uns plásticos e por qualquer lado que passa, o motorista é questionado, ficando mal a todos e ao Município em particular. ----------

---------**Diogo Gomes Carvalhas** ----------

---------Interveio cumprimentando a mesa, a Senhora Presidente e os Senhores Secretários, o Senhor Presidente de Câmara e os seus Vereadores, os colegas, o público e a Dr.ª Idália. Elogiou as intervenções hoje apresentadas pelos colegas deputados, destacando a redução fiscal proposta pelo deputado João Henrique, com o qual concorda e que seria de extrema importância. Disse que participa no período antes da ordem do dia apenas para dar uma sugestão, e tendo em conta que se

está em época de exames do secundário e também das faculdades, gostaria que a Câmara Municipal pudesse ter a Biblioteca Municipal aberta com um horário mais alargado.----------

---------**Horácio António de Paiva Ribeiro**----------

---------Interveio cumprimentando a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, os Senhores Secretários, o Senhor Presidente, os Senhores Vereadores, os Senhores funcionários da Câmara Municipal, os Senhores deputados, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e Uniões de Freguesia, o Senhor Carlos Rodrigues e a Dona Célia. Disse que a Dona Célia não tem que pedir desculpa pela intervenção, pois qualquer intervenção à Assembleia é sempre bem-vinda, acrescentando que deve ser passada a mensagem de que mais castrenses devem deslocar-se às sessões de Assembleia. Referiu que espera que a sessão decorra como as anteriores, com um espírito de claro respeito pelas diferentes posições assumidas. Também disse que concorda plenamente com o sugerido pelo deputado/amigo João Henrique dando a sugestão de apresentação conjunta de uma moção, nesta Assembleia, fazendo chegar o sugerido aos órgãos com responsabilidade a nível nacional, para que, cada vez mais, a limpeza dos terrenos seja uma realidade, mas sublinhou que seja uma realidade em dois mil e dezassete, dois mil e dezoito, dois mil e dezanove, dois mil e vinte e que perdure durante muitos anos a defesa dos bens e das populações que começa precisamente nessa prevenção sendo a limpeza uma parte fulcral. Também disse estar de acordo com o referido pelo deputado João Henrique no que concerne a toda a urbanização da Quinta das Presas necessitando de um outro olhar. Acrescentou saber que o dinheiro não chega para se acudir a todas as necessidades, no entanto, existem situações prementes e que devem ser alertadas. Referiu-se ainda à Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro que também necessita de uma requalificação urgente, bem como a Rua Capitão Salgueiro Maia e Avenida Vinte e Cinco de Abril em Castro Daire. Referiu ainda a Rua José Lopes, Rua Santo António, Rua das Eiras e Rua da Portela, em Lamelas, ruas estas que necessitarão de intervenção e estabelecendo prioridades poderão ser resolvidas estas situações. Com relação à estrada nacional dois dois cinco e cuja moção foi aprovada na última Assembleia, uma vez que a mesma já foi notificada da receção dessas moções por quem tem responsabilidade a nível nacional, salienta que nesta ou na próxima Assembleia deverão haver tomadas de posição para que este assunto não seja esquecido, tal como a requalificação urgente da Escola Secundária de Castro Daire bem como a Escola Básica número dois e a Escola Básica de Mões que começam a necessitar dessas mesmas requalificações.----------

---------**Carlos Alberto Bianchi Pinto** ----------

---------Iniciou a sua intervenção cumprimentando a mesa na pessoa da Senhora Presidente e do colega secretário, Senhoras e Senhores deputados municipais, Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores, Dr.ª Idália, Senhor Carlos Rodrigues, Dona Célia Rodrigues. Começou

homenageando a equipa de natação d'O Crasto pela participação no II Torneio de Natação. Homenageou os atletas Otília Pina, Lídia Pereira e o Grupo Desportivo e Recreativo da Granja pelas vitórias nas provas em que participaram. Os atletas da Escola de Natação de Castro Daire pelos resultados no Circuito Municipal das Escolas de Natação onde obtiveram, em conjunto, pelo menos dezoito primeiros lugares o que é revelador de um resultado muito positivo para quem está nesta escola de formação. Referiu ainda os participantes no projeto Escolas Empreendedoras da Comunidade Intermunicipal Viseu-Dão Lafões, os atletas Michel Machado, Tiago Clamote, Pedro Ribeiro e Ruben Veloso nas provas de BTT (Bicicleta de Todo o Terreno). Posteriormente, o deputado fez referência ao processo de circularização de dívida, tendo acrescentado que no mês de maio existiram notícias e comunicados em sentido contrário. Havendo preocupação com o bom nome do Município e quando se ouve em sessão de Assembleia, em intervenções e com legitimidade, que os credores, se não tiverem provas, ficam a "arder", para quem está do lado de fora parece que a Câmara Municipal se quer eximir ao pagamento das obrigações, quando essa não é a linha do Executivo. Manifestou satisfação por terem já existido reuniões no sentido do esclarecimento do assunto, todavia suscitam algumas questões, nomeadamente, o estado do processo, se todo o executivo anterior participou nas reuniões de esclarecimento, bem como as medidas tomadas no sentido de evitar que a mesma situação se repita neste mandato. Quanto à questão da água e distribuição da mesma, disse ao Senhor Presidente da Câmara e remetendo-se para uma notícia do Jornal do Centro que, relativamente ao descontrolo da questão da água no distrito de Viseu, estranhamente Castro Daire não respondeu às perguntas, sendo que essa é a informação constante no Jornal do Centro. Assim, o deputado disse que gostava de saber a razão pela qual não foram dadas as respostas e se existe controlo da situação em Castro Daire bem como os meios utilizados para esse controlo. Salientou que estando a chegar-se ao Verão é inevitável falar de Piscinas destacando as piscinas das Termas do Carvalhal existindo um grave problema de segurança, uma vez que, pelo que se sabe, existe um quadro elétrico em metal de apoio às piscinas, encontrando-se degradado e podendo colocar em risco os utentes. Acrescentou que, ao que sabe, esta situação é já do conhecimento do Município mas na verdade o problema ainda não está resolvido. Perante o exposto, questionou, o Senhor Presidente da Câmara, quanto à veracidade desta situação bem como se tem conhecimento e que medidas foram tomadas para resolver a situação. Referiu-se à intervenção do deputado João Henrique quando o mesmo abordou a questão das piscinas exteriores e o deputado agora orador questiona o ponto de situação do litígio judicial, para quando a resolução do problema e fez um voto esperando, efetivamente, que não esteja a ser criada uma regra, em Castro Daire, a de que quem manda realizar uma obra, seja posteriormente quem tem que a reparar, à semelhança do que aconteceu com o polidesportivo do Calvário. ----------

---------**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**----------

---------Interveio cumprimentando todos os presentes. Referiu que abordará os assuntos por temas e tentará seguir a sequência das intervenções. Com relação à intervenção do deputado João Henrique disse ser possível reequacionar a climatização do espaço onde são realizadas as sessões de Assembleia Municipal. Relativamente à sugestão feita, relacionada com a Proteção Civil e com a questão das finanças disse ser uma questão muito pertinente, porque, tal como o deputado Horácio Ribeiro igualmente referiu, se alguém se pronunciasse através de uma moção e relativa a esta questão, poderia ter muito interesse. Também o que foi referido pelo deputado Marco Andrade tem a sua pertinência pelo facto de algumas pessoas não apresentarem o Modelo Três mas, quanto mais efeito prático isto tiver, melhor. Ainda que só alguns possam ser elegíveis e considerando a existência de deduções específicas à coleta de IRS para tanta coisa, seria de todo importante até porque, este é um assunto importantíssimo estando na ordem do dia. Relativamente às despesas sem requisição e à circularização de saldos é importante informar que o desenrolar de todo o processo tem sido feito com total abertura e transparência perante o executivo anterior. Foi marcada uma reunião com o anterior executivo, onde os mesmos estiveram a avaliar as respostas de todos os fornecedores. Relembrou que inicialmente os fornecedores reclamaram o valor, o qual foi dado conhecimento ao anterior executivo, posteriormente foi solicitado a cada fornecedor que respondessem, tendo em conta o valor reclamado e ao que diria respeito. Após as respostas dos fornecedores, decorreu uma reunião com o anterior executivo, os quatro elementos, para aferir essas despesas. Salientou que algumas foram confirmadas pelos mesmos e outras foram remetidas para os serviços da Câmara, sendo que neste último caso, o trabalho está a ser desenvolvido internamente. Após a conclusão desse trabalho haverá uma nova reunião onde se perceberá, efetivamente, o que é considerado dívida e aquilo que não é dívida. O procedimento é este, com total abertura para quem esteve no anterior mandato. No que concerne às piscinas exteriores, foi referido pelo Senhor Presidente, que quando tomou posse, foi-lhe transmitido, pelo anterior Senhor Presidente a existência de um processo em tribunal acerca das piscinas exteriores, mas passados alguns meses quando se tentou perceber como estaria o processo, verificou-se a inexistência de qualquer processo. Neste momento, está a fechar-se a petição inicial para se dar entrada em tribunal. No entanto, fez saber que é uma preocupação, a degradação da obra, se nada for feito. Aquando das grandes chuvas, com as enxurradas, verificaram-se cedências no espaço exterior. Disse ainda que deu indicações à Sociedade de Advogados para que todas as diligências e perícias, necessárias a serem efetuadas pelo tribunal, fossem feitas no início do processo, para que se pudesse fazer uma intervenção que não afetasse o resultado/apuramento das responsabilidades a seguir. Acrescentou que existia uma estimativa, na altura, de custo de reparação a rondar os cento e

quarenta mil euros. Também disse considerar que seria preferível fazer uma reparação da obra e posteriormente imputar a responsabilidade dessa reparação, em termos judiciais, a quem for apurada essa responsabilidade. Se a obra não for reparada e possivelmente existir uma fiscalização de fundos comunitários, tendo sido uma obra comparticipada em que a Câmara recebeu seiscentos mil euros desse fundo, pode haver lugar a uma devolução desse dinheiro. Uma decisão ponderada poderá passar pela reparação e mais tarde imputar o valor ao responsável, após decisão do tribunal. Um outro assunto abordado foi a Quinta das Presas pelo que coube ao Senhor Presidente esclarecer que este assunto tem preocupado bastante o atual executivo. Remeteu para a última ata de Reunião de Câmara tendo levado à reunião um conjunto de processos jurídicos a efetuar com relação à Quinta das Presas. Salientou que a Quinta das Presas corresponde a um loteamento particular em que o loteador teria que fazer as insfraestruturas. Disse que existem quatro lotes hipotecados à Câmara tendo sido levado à Reunião de Câmara a hipoteca desses lotes, justificado pelo facto de não terem sido feitas todas as infraestruturas que eram supostas, pelo que a Câmara irá substituir-se ao loteador nas obras de infraestruturas que são necessárias efetuar. No final, se no balanço do que irá ser gasto *versus* a verba resultante da venda desses lotes não for suficiente ter-se-á de imputar a verba ao loteador para o Município ser ressarcido desses custos. Abordou a questão da tela do campo de futebol tendo este assunto sido levantado em sessão de Assembleia no mandato anterior, mas foi algo que nunca mais se lembrou, pelo que será uma situação a resolver. Relativamente às Festas de São Pedro e dando resposta ao deputado Albino Ramos, disse que o executivo valoriza e muito as bandas do concelho. Não obstante, este ano a abertura das festas é coincidente com as marchas populares e os executantes das bandas fazem parte das várias marchas que vão desfilar pelo que não seria possível, nem mesmo viável, que as bandas fizessem a arruada e também estivessem nas marchas, tendo sido esse apenas o único motivo para as bandas não estarem presentes. Quanto à questão do deputado José Gonçalves no que concerne à estrada do Lodeiro – Vila Maior, disse ser uma estrada preocupante, tendo-se tentado fazer a identificação dos proprietários nesta estrada como em outras, tendo sugerido ao deputado que ajudasse o executivo a fazer essa identificação para se poder, junto do Gabinete Técnico-Florestal (GTF) e da Guarda Nacional Republicana (GNR) avisar os proprietários para fazerem as intervenções necessárias. Quanto à iluminação pública e dando resposta ao deputado Marco Andrade disse que é algo que os preocupa, nomeadamente a questão relativa a Mões, pois é recorrente. Referiu-se a uma situação na Escola número Um, Dois e Três de Mões quando o deputado António Ferreira, enquanto Diretor do Agrupamento de Escolas, contactou o Senhor Presidente, pois na escola iria decorrer uma Prova Final de Português, com uma componente áudio e não havia energia elétrica, condicionando a aplicação da mesma. Desta forma, o Município acabou por ultrapassar esse problema pontual mas a situação persiste. Todavia, foi reforçada esta questão junto da Energias de Portugal (EDP) ao Senhor

Engenheiro Nuno Loureiro, para se pensar numa solução. Pelo Senhor Engenheiro Nuno foi referido que Mões apresenta uma alternativa, já que passou a ser abastecida por outro lado, por forma a colmatar a falha existente. A linha preferencial que leva a energia a Mões é a mais provável de falhar e nesta situação arranjou-se uma solução de recurso. Para dar resposta ao deputado Lino Gonçalves e no que concerne à transmissão dos jogos do Mundial, o Senhor Presidente disse não conseguir precisar, naquele momento, o valor. Todavia, acrescentou que o que foi adjudicado foi a transmissão de todos os jogos da Seleção Portuguesa. Quanto ao palco, é do Município e foi instalado pelos funcionários. Relativamente à conduta adutora disse que no final da semana passada deu-se início à desmatação do trajeto por onde a mesma irá passar. Irá ser construída num material que é um PEAD com tubo soldado, entre outras alterações ao projeto inicial. Disse estar convencido que haverá uma poupança significativa na obra. No que se relaciona com os protocolos e subsídios com as associações e coletividades, é um assunto que preocupa o executivo porque ainda só houve possibilidade de atribuir os subsídios do ano passado já que foi algo que não foi deliberado, nem tratado. As candidaturas que entraram a partir do "Regulamento das Candidaturas a Atividades e Equipamentos", excetuando protocolos específicos, apenas existiram condições de serem regularizadas, há muito pouco tempo. Disse que se continuará com uma política de apoio a atividades e infraestruturas. Este tema foi à última Reunião de Câmara e foi relativo às candidaturas do ano de dois mil e dezassete, pelo que neste momento apenas se está a pagar e a deliberar os valores referentes ao ano anterior, à exceção de situações pontuais. A situação das horas extra, tal como foi transmitido na última sessão de Assembleia Municipal, referente ao mandato anterior é uma questão mas as referentes a este mandato, disse que um funcionário da Câmara lhe comunicou que não tinha recebido as horas tendo percebido, posteriormente, com a Secção de Pessoal que essas horas não tinham sido assinadas atempadamente no processamento do mês passado, o que fez com que alguns funcionários não tivessem recebido. Pediu, na altura, que a secção de pessoal informasse as pessoas em causa da situação ocorrida. Quanto à questão da carrinha do Município, o vidro, estará em processo de contratação. Também a sugestão do deputado Diogo Carvalhas é pertinente e é intenção do executivo, não só no período dos exames, ter a Biblioteca aberta até mais tarde. Já se fez com as Piscinas Municipais em que se alterou o período de funcionamento, pelo que se pretende fazer o mesmo com a Biblioteca Municipal. Tentar-se-á um horário mais alargado e posteriormente perceber a existência, ou não, de utilizadores que justifiquem o alargamento do mesmo. Tendo por base a intervenção do deputado Horácio Ribeiro disse que quanto à Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, foi aberto o concurso à empreitada há cerca de um mês e a pouco e pouco, em função das disponibilidades da Câmara, avançar-se-á com outros investimentos. No que concerne à questão da estrada nacional duzentos e vinte e cinco e à petição, o Senhor Presidente fez saber que estão recolhidas cerca de duas mil assinaturas mas é necessário quatro mil e

quinhentas. Perante a necessidade, estão previstas algumas iniciativas, nomeadamente aquando do "Dia Sénior 60+" tentar uma recolha em cada autocarro, subscrevendo a petição. Também a chegada dos emigrantes poderá ser um incremento no número de assinaturas. Tudo o que esta Assembleia possa fazer/lutar por esta questão, que preocupa todos mas que não depende apenas de nós, é importante. Para responder ao deputado Carlos Bianchi no tocante à água e à sua distribuição, disse ter ficado sem perceber a que notícia do Jornal do Centro se refere e também desconhece que o Município de Castro Daire não tenha respondido, todavia disse que os Presidentes de Junta receberam uma informação relativa aos pontos de água das respetivas freguesias. Com relação à concessão do bar das Termas do Carvalhal e às piscinas exteriores e relativamente à questão do quadro elétrico, esclareceu que falou com a Dona Célia e os serviços da Câmara já estão a tratar do assunto e da sua solução. Quanto à situação dos herbicidas disse que estão a fazer o levantamento dos funcionários que já possuem o curso de aplicação de produtos fitofarmacêuticos para se poder implementar uma estratégia, podendo o Município aplicar o herbicida. ----------

---------**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**----------

---------Foi feita a chamada aos membros da Assembleia Municipal, estando a faltar à sessão o deputado Fábio David Pinto Figueiredo que apresentou a devida justificação.----------

Ponto Um – Apreciação e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de vinte e três de abril de dois mil e dezoito. ----------

Tendo-se procedido à correção proposta, foi posto este ponto à votação e a ata foi aprovada por unanimidade. ----------

---------Os deputados Joana Raquel Guerra do Couto Sevivas, João Cândido da Silva Henriques, Maria Elisabete Sequeira, Fábio David Pinto Figueiredo e os Presidentes de Junta de Pinheiro e Cujó não participaram na votação e discussão deste ponto, por não terem estado presentes na reunião a que se refere a ata, em obediência ao disposto no número três, do artigo 34.º, do Código do Procedimento Administrativo. ----------

Ponto Dois – Análise, discussão e votação da modificação – Revisão número um de dois mil e dezoito, para integração do saldo de gerência do ano de dois mil e dezassete no orçamento municipal deste ano de dois mil e dezoito, nos termos do disposto na alínea a), do número um, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro.----------

---------Interveio a Senhora Presidente da Assembleia Municipal referindo que este é um processo que ocorre todos os anos. ----------

---------**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**----------

---------Referiu que o ponto em discussão tem que ver com a inserção do saldo da gerência anterior nas contas do ano corrente. Salientou a colocação de algumas questões novas, a destacar: - O canil municipal para o qual se fez uma candidatura tendo o executivo recebido um parecer onde é referido que, à partida, a candidatura será aprovada; - Candidatura à ADRIMAG (Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira) para que junto à Igreja da Ermida se faça a criação de acesso pedonal (a partir da Estrada Nacional duzentos e vinte e cinco) para que os autocarros possam parar e aceder-se à Igreja, justificado pelo facto dos autocarros não terem onde parar para levar os turistas àquele local; - Candidatura referente ao combate ao insucesso escolar, tendo a rubrica sido dotada com um valor superior; - Integrado no orçamento participativo jovem, haverá uma plataforma em que qualquer munícipe, com o seu telefone, estando em qualquer local do concelho e usando a aplicação, fazer um *report* automático dessas anomalias, ficando o local georreferenciado e estando disponíveis sete dias por semana.------

---------**Diogo Gomes Carvalhas** ----------

---------Usou da palavra o deputado Diogo Carvalhas dizendo que esta é uma situação recorrente e realizada todos os anos, a integração do saldo de gerência, tendo questionado o executivo municipal da razão pela qual somente agora ter sido realizada a integração e não aquando da aprovação das contas, dizendo que pensa ser nessa altura o momento normal para realizar a integração do saldo de gerência. Também referiu que nesta revisão orçamental, além de ter sido feita a integração do saldo de gerência disse parecer-lhe que foi abdicado de um empréstimo que estava planeado, pelo que pediu ao Senhor Presidente que lhe explicasse para que serviria esse empréstimo e porque deixou de ser necessário. Referiu também que existem alterações à despesa nomeadamente com pessoal, questionando se essa despesa, na altura em que o orçamento foi aprovado, era previsível, ou não e a que corresponde esse aumento de gastos com pessoal.----------

---------**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**----------

---------Interveio esclarecendo o deputado que a integração só foi feita agora porque aquando da sessão de Assembleia anterior, para se acrescentar o saldo da gerência anterior, primeiro teria que estar aprovada a conta de gerência e suscitou a dúvida se levando na mesma sessão de Assembleia a incorporação de algo que ainda não estava aprovado seria correto. Mas, foi apenas uma questão de forma, não invalidando que no próximo ano possa vir na mesma sessão de Assembleia. Quanto à questão de redução de dinheiro previsto, é apenas um ajustamento, considerando mais real já que tem que ver com o estimado, nomeadamente com a conduta porque se gastará menos dinheiro. No que concerne aos gastos com o pessoal, tratam-se de ajustamentos decorrentes dos custos com o pessoal e salientou que as rubricas são feitas com base em estimativas dos últimos doze meses. Como houve uma grande entrada de pessoal através dos Contratos de Emprego e Inserção, junto a

agosto e setembro, os ajustamentos não estariam corretos e esta será uma das razões pela qual se realizaram os ajustamentos. Outras rubricas foram orçadas com uma ideia conservadora e que na atualidade estão a ser reafetadas com algum valor, algo que é normal. Esclareceu que o orçamento do ano passado foi feito em muito pouco tempo, pelo que foram necessários alguns ajustamentos ao longo do ano para que algumas situações pudessem ser contempladas. A redução que é feita ao empréstimo tem que ver com o facto desse valor ter entrado nas contas do ano passado após o orçamento aprovado, pelo que foi algo operacional/financeiro que teve que ser feito desta forma, retificando as contas.----------

Posto o ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.----------

Ponto Três – Discussão e pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal, para, de acordo com o número dois do artigo 51.º da Lei número 73/2013, de três de setembro, contrair empréstimo destinado a Investimento Municipal.----------

---------**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**----------

---------Iniciou a sua explicação propondo que os esclarecimentos fossem feitos para o ponto três e quatro em simultâneo, estando os dois interligados e fazendo uma discussão conjunta dos mesmos mas votados separadamente. Esclareceu que os empréstimos com um determinado valor e de acordo com uma determinada regra, prevista na Lei, necessita da autorização prévia da Assembleia Municipal. Relativamente ao empréstimo em concreto, este corresponde à comparticipação da Câmara na obra da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) da Bacia da Ribeira de Courinha. A obra foi candidatada no mandato anterior a um Aviso que pressupunha, no máximo, um investimento, por Município, de três milhões de euros e montante máximo por operação de um milhão e meio de euros. O orçamento existente era muito próximo dos quatro milhões de euros para esta obra e foram reduzidos os preços da mesma para a enquadrar na candidatura (dois milhões, novecentos e noventa e nove mil, quinhentos e cinquenta e quatro euros e cinquenta e um cêntimos). Foi candidatada a um Aviso em que a comparticipação seria no máximo de um milhão e meio de euros, ou seja, para esta obra não seria possível atingir os oitenta e cinco por cento como se tem na ETAR de Castro Daire, e que é habitual neste tipo de obras. Após a tomada de posse deste executivo, o Senhor Presidente referiu que esteve reunido com os Técnicos e gestores do POSEUR duas ou três vezes, por vários assuntos, e um deles foi por esta situação. Tentou-se aumentar a comparticipação indo aos oitenta e cinco por cento. Foi respondido pelo POSEUR, taxativamente, não ser possível justificado pelo facto do próprio Aviso indicar, no máximo, um milhão e meio de euros, por operação. Posteriormente, tentou-se desistir desta candidatura e candidatar numa outra operação. Mas a resposta a esta situação foi de que, após a aprovação pela entidade gestora, se não for executada e se houver uma desistência, nunca mais poderá ser candidatada. Perante o

exposto, ou se faz a obra, agora, nestas condições ou nunca mais se faz, financiada pelos fundos comunitários. Logicamente, neste momento, a Câmara não tem recursos para assumir a comparticipação do valor remanescente, sendo esta a justificação para estes pontos da sessão. É uma obra importante porque abrange parte da freguesia de Alva, sendo pois de grande importância para o concelho.----------

---------**Marco Aurélio Lyrio Andrade**----------

---------Interveio dizendo que para este caso, mal seria, se uma obra emblemática e no topo das prioridades da Junta de Freguesia de Mões, enquanto Presidente de Junta, colocasse algum entrave. Felicitou o executivo por dar a esta obra um carácter prioritário, sendo uma obra prioritária não só para a Junta de Freguesia de Mões mas também para uma parte significativa para a União de Freguesias de Mamouros, Alva e Ribolhos. Todavia, o que está em causa é o valor do empréstimo e o valor final da obra. Disse que há sempre aquela sugestão de que as Câmaras Municipais, quando fazem os empréstimos, e recorrem ao grau de endividamento que a Câmara ainda tem, apesar de muitos falatórios, ao apelar a este grau de endividamento, é importante perceber se a obra vai ficar neste valor ou se a obra ficará num valor inferior. Se se contrai um empréstimo e se partirmos do pressuposto que a obra ficará por este valor, muito bem e faça-se a obra. Até porque na Freguesia de Mões existem também outras obras emblemáticas, como a ligação Granja, Canado, Malhada, a ligação à estrada de Cerdeiró, o Plano de requalificação da vila de Mões, pavimentações de aldeias que ficaram deterioradas devido à instalação do saneamento, como Granja, Vila Boa, Courinha mas esta obra é uma obra emblemática e seria mau, o Presidente da Junta, chegar aqui, depois de ter aprovado os empréstimos para a ETAR de Castro Daire, que diretamente a Mões, diz zero, depois de ter aprovado o empréstimo para a conduta adutora de Castro Daire que para a Freguesia de Mões é zero, seria inconcebível que a Junta de Freguesia de Mões colocasse algum entrave para uma obra importante como esta ETAR. No entanto, se há a possibilidade desta verba ser superior ao valor que se vai gastar, o deputado sugeriu que, em primeiro lugar o valor restante não utilizado, que fosse entregue, novamente, à banca e permitisse amortizar a própria dívida, ou pelo menos, baixando os próprios juros a pagar pela autarquia, ou neste caso, se a verba sobrar viesse a ser substituída por outra obra e que essa obra viesse a ser discutida em sede de Assembleia Municipal, vendo a concordância, ou não, na utilização dessa verba noutras obras ou noutros investimentos. ----

---------**Constantino Duarte Silva** ----------

---------Interveio cumprimentando a mesa da Assembleia, os Senhores Secretários, o Senhor Presidente e restantes elementos do executivo e todos os membros desta Assembleia. Disse que considera que as explicações dadas pelo Senhor Presidente e pelo Presidente da Junta da Freguesia de Mões foram bastante claras e estando-se perante a contração de um empréstimo que

se não for aprovado está a por em causa o trabalho já realizado e nomeadamente, a candidatura aprovada. Está-se perante uma obra que vai de encontro à satisfação das necessidades das populações, como é o caso da Recolha e Tratamento dos Esgotos Domésticos. Mas, o que traz o deputado a intervir, é olhar para esta obra e olhar para o Município e neste sentido, o deputado disse que convidava o Senhor Presidente da Câmara e restante executivo a fazer uma Presidência aberta no Município, indo de encontro às populações, auscultá-las e ver quais são as necessidades e preocupações dos mesmos. De certeza que a ETAR da Bacia da Ribeira de Courinha está a ser bem recebida porque era uma necessidade, era uma das primeiras necessidades. Mas conforme está Courinha, estão as diferentes freguesias onde o saneamento não existe. Os munícipes de certo que, se forem auscultados numa presidência aberta, não vão querer obras megalómanas. O que os preocupa? Higiene e dentro da higiene podem estar obras de saneamento, pode estar a limpeza de ruas, ninguém entra numa casa se ela estiver suja, ninguém se sente bem dentro, mas se a casa, embora pobre se estiver limpa, já se sentem à vontade. Certamente, há transferências a partir dos acordos celebrados entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal, os Acordos de Execução, que ainda não chegaram ao seu destino. Também é muito fácil criticar-se os outros e o deputado diz pensar que a política tem por base factos e não o "falar de cor", porque "falar de cor" leva a propaganda política e essa por vezes serve para denegrir a imagem do adversário. Mas, é muito fácil pagar despesas com a carteira dos outros e salientou recordar-se, em intervenções, nesta Assembleia que se referissem a contratação de pessoal ou contratação de empréstimos ouviam-se expressões como a utilizada pelo António Ferreira "estamos a hipotecar as gerações futuras, os nossos filhos e os nossos netos". E está-se a hipotecar as gerações futuras. O deputado agora orador acrescentou que se está a hipotecar os bisnetos. Na Presidência aberta referida anteriormente, há outros pontos de interesse das populações, a referir, a saúde e este assunto é um caso preocupante em Cujó, porque Cujó é uma freguesia *sui generis* e é porque o deputado sabe e pelo que dizem no Município. Questionou o Senhor Presidente e o restante executivo se por Cujó ser e ter pessoas *sui generis* é tratada do modo que é tratada a nível do abastecimento de água da rede pública. Apresentou a situação que aconteceu na sexta-feira anterior à sessão de Assembleia pois o disjuntor da bomba disparou. E disse ter-lhe parecido que, no sábado, o Eng. João terá reparado a situação. A partir da reparação, o que se passou nas torneiras da Freguesia de Cujó, da Granja e de São Joaninho é altamente lamentável. Caso os presentes não acreditem no que foi referido, sugeriu que consultassem o Grupo Amigos de Cujó na rede social do Facebook para que se pudessem ver as fotografias e comentários que lá se encontram e que dizem respeito à água. Outra preocupação do Município é a segurança nas Estradas Municipais. Há que olhar para elas, pois isto é o que preocupa os munícipes. Ao nível do emprego, se alguém precisar dele, já sabem onde bater à porta, não sendo necessário fazer uma Presidência aberta. Vê-se o número de desempregados existentes

no Município e da criação de emprego. O que apraz, ao deputado, perguntar sobre o empréstimo é o seguinte: foi aprovado em Assembleia Municipal um empréstimo para a construção da conduta da água, o Senhor Presidente foi bem claro dizendo que a obra executada por funcionários da Câmara não custará metade. Face ao que foi referido, porque razão se está a contrair um empréstimo de um milhão e quatrocentos mil euros quando se podia contrair um empréstimo de um milhão e cem, por exemplo. Visto que esse empréstimo anteriormente não vai ser gasto, perguntou porque não foi abatido, aqui. Outra questão levantada foi: o empréstimo que não vai ser aplicado nesta obra, que vai sobrar da obra da conduta adutora, onde será empregue? Em alguma obra implícita no orçamento? Se assim for, cá estarão os deputados para ouvir as devidas justificações do Senhor Presidente da Câmara, porque já aqui foram aprovados empréstimos com determinado fim e depois de contraído o empréstimo o dinheiro foi desviado para outras obras e ainda houve o descaramento, chamou assim o deputado, dizendo que a Lei é que o permite.----------

---------**Albino dos Reis Ramos** ----------

---------Interveio dizendo que está de acordo com os empréstimos mas alertou que é preciso saber a que se destinam. Se é um empréstimo para investimento de capital e que tem retorno, deve ser feito. Para despesas correntes fazer empréstimos, eventualmente, poderá ser uma má gestão. Trata-se de um investimento de capital beneficiando Courinha e toda aquela área, por isso, o deputado disse não ter dúvidas nenhumas e irá votar a favor. Todavia, disse que gostaria de ver satisfeita uma curiosidade, qual a capacidade de endividamento da Câmara Municipal, atualmente. Está dentro da sua capacidade de endividamento, ou não? Dentro da capacidade, deve investir-se em infraestruturas, não só com retorno de capital mas um investimento em infraestruturas de saneamento é um benefício para as populações, benefício esse de grande valor e que se deve procurar. Ainda assim, tal como foi abordado pelo deputado Constantino Silva, é preciso que efetivamente seja para esse fim, caso contrário, os deputados são ludibriados, pois se o investimento é desviado para outra coisa qualquer, aí não. Disse que vão votar a favor, com a certeza e convictos que vai beneficiar toda aquela zona da bacia de Courinha, assim como as populações de outras freguesias que também precisam de outras obras. Há que estar atento e há que as realizar para felicidade de todos os castrenses. ----------

---------**Lino Gonçalves da Silva** ----------

---------Interveio dizendo que este assunto é algo de grande interesse e preocupação. Disse que foi criado numa família, se calhar, um bocadinho mais antiquada comparativamente com a sociedade atual, sendo um pouco mais conservador nesta matéria de empréstimos. Disse não ter estado na anterior legislatura mas ouvia o que as pessoas diziam quando falavam de empréstimos. Foi aqui dito e muito bem que os empréstimos têm que ser feitos quando são para determinadas obras e se

calhar para esta obra é necessário fazê-lo, mas o deputado tem muitas reservas que gostava de expressá-las. Disse ter algum conhecimento acerca do funcionamento das novas ETAR´s e que no início é tudo muito lindo, aprova-se e lança-se o projeto, executa-se a obra mas depois a conservação leva a grandes despesas, sendo necessário ter esse conhecimento para essa conservação. Se não existir essa conservação, então, junta-se o saneamento de vários locais para um determinado sítio, emboca-se num rio ou num ribeiro e assim está a condenar-se toda a água que por ali passa. Depois pergunta-se se estarão a fazer um trabalho útil para o futuro, para as novas sociedades. O que o deputado ali quis alertar e perguntar ao Senhor Presidente foi, se houve uma apreciação e um estudo, que já estava feito, lançada a candidatura e se não seria possível, na mesma obra também poupar dinheiro, tal como se fez com a conduta da água. Referiu-se à poupança mas como o deputado tem grandes dúvidas, irá votar pela dúvida. Considera que não se deve deixar aos filhos palácios que não sejam nossos senão, um dia, mesmo depois de morrermos, irão dizer mal de nós. É preciso ter alguma cautela na despesa e nos empréstimos para o futuro.------

---------**José Pereira Almeida** ----------

---------Iniciou a sua intervenção cumprimentando a mesa na pessoa da Senhora Presidente, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os colegas e a Dr.ª Idália. Disse estar muito satisfeito por esta obra ter um sentido de andamento porque, é de facto, uma obra muito necessária. À semelhança do que o Presidente da Junta de Freguesia de Mões disse, devem estar muito orgulhosos da obra que é necessária e que engloba toda a freguesia de Mões e toda a União de Freguesias de Mamouros, Alva e Ribolhos. Pediu ainda que o Senhor Presidente não se esquecesse, especialmente de Alva, havendo uma elevada zona que não tem acesso ao saneamento e que houvesse esse cuidado de englobar nesse projeto toda a rede, porque todos são portugueses e todos merecem. Uma vez que vai ser feita uma nova ETAR, vão ser feitas novas estações elevatórias para contemplar a freguesia de Alva então também devia ser contemplado todo o povo, não deixando nada para trás.----------

---------**Alexandre Paulo Simões Pereira** ----------

---------Iniciou a sua intervenção cumprimentando a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente, o Senhor Vice-Presidente, o Senhor Vereador e os colegas. Disse que em relação a este assunto tem duas coisas a referir: lembrar que quando se lançou aqui a possibilidade da candidatura desta obra, o deputado falou, por diversas vezes que deveria ser acautelada a questão das localidades da Cela e Adenodeiro porque com os processos que existem hoje em dia, deveriam ser acauteladas. Infelizmente, o projeto seguiu sem as respetivas localidades, sendo esta a mágoa do deputado, mesmo que tenha deixado bem patente a preocupação da Freguesia em relação a essas duas localidades. Outra questão diz respeito a algumas intervenções proferidas hoje,

tendo o deputado ficado estupefacto quando ouviu falar de "cuidado com os empréstimos" mas hoje em dia todos sabem que os empréstimos estão consignados àquela obra e aquele dinheiro só pode ser gasto naquela obra e o que não for gasto terá que ser devolvido. Não há a possibilidade do desvio do dinheiro, isso são contas de merceeiro. Está a subentender-se que, em vez de um milhão de euros pedir dois milhões e depois gastamo-lo onde bem apetecer. Diz não saber onde foram ouvir o que aqui foi dito. Também há situações de quase videntes porque há pessoas que parece que já sabem que relativamente ao concurso, a obra irá custar menos, seria bom sinal para as contas do Município. Mas o que foi explicado foi que a estimativa inicial da obra ultrapassava os quatro milhões de euros e que os preços foram esmagados de tal forma, ao ponto de que o que foi candidatado baixasse a menos de três milhões e está preocupado e se fosse Presidente da Junta de Freguesia de Mões e da União de Freguesias de Mamouros, Alva e Ribolhos ainda estaria mais porque, com este preço questiona se haverá alguém a concorrer a esta obra porque estes preços estão no limite. Não considera normal levantar aqui essas suspeitas depois o dinheiro vai ser gasto em clientelas a distribuir para isto, para aquilo, para aqueloutro. Os empréstimos são consignados às obras em questão. Também em relação aos empréstimos, viu divagar, as preocupações são legítimas, todos as têm. O executivo tem que andar nas ruas ouvir os munícipes e até considera positivas as Presidências Abertas mas não são necessárias para quem tem vontade de ouvir as pessoas devendo haver abertura suficiente para chegar ao pé das mesmas e ouvi-las, não necessitando fazer uma Presidência Aberta para se ter noção das reais preocupações e expectativas das pessoas. -------

---------**Márcio dos Santos Ferreira** ----------

---------Interveio dizendo que comunga das preocupações e do espanto do deputado Alexandre Pereira. Disse que não sabe o que leva a pensar e algumas intervenções deixam o deputado incomodado porque têm pouco de seriedade. É sabido como funcionam estas situações e que os empréstimos são aprovados em Assembleia Municipal só podendo serem gastas as verbas naquelas obras associadas a esse empréstimo. Perante isto, vir para a sessão de Assembleia Municipal dizer disparates, e pediu desculpa se está a ofender alguém, defendendo que parte da verba possa ser gasta noutros projetos, não lhe parece bem. Agora este executivo tem meio ano, ainda não teve tempo sequer para gastar nem um tostão dos empréstimos que foram contraídos, muito menos deste que ainda nem sequer contraiu, pelo menos espera-se o benefício da dúvida. É verdade que todos estavam habituados a isto, à falta de rigor e à falta de seriedade nas contas e daí talvez esta confusão toda, mas o executivo mudou, disse para terem calma, deixar ver, mais um ano e se posteriormente, até o próprio deputado verificar que a execução orçamental e o rigor das contas não é aquele que se considera o melhor, o próprio deputado também irá questionar. Os Homens estão a contratar um empréstimo e vir já agora acusá-los de que parte dessa verba poderá ser gasta numa

outra coisa qualquer que não a obra a que se destina, antes desse próprio empréstimo estar contratado, *por amor de Deus*! Também a questão das pessoas *sui generis*, disse ter grandes amigos em Cujó e não entende que as pessoas de Cujó sejam *sui generis*, eventualmente o deputado Constantino Silva seja uma pessoa *sui generis* mas as pessoas de Cujó, não. A Senhora Eng.ª não o é. Aquilo que é *sui generis* é vir aqui queixar-se de um problema qualquer da água e depois não dizer qual é esse problema e isto é que não é normal. Se vem trazer alguma informação, então que digam o que se passa. Acrescentou que não tem Facebook e não tem que ir lá, enquanto membro da Assembleia, perceber do que alguém está a falar, que o digam e sejam claros.----------

---------**Horácio António de Paiva Ribeiro**----------

---------Iniciou a sua intervenção repetindo esperar que esta Assembleia decorra como nas anteriores dentro daquilo que tem sido um espírito claro de respeito pelas diferentes posições assumidas, mesmo que sejam disparates, pedindo para que se possa ter direito aos próprios disparates. Questionou o Senhor Presidente se já tem previsto o reforço para o combate ao insucesso escolar, tendo felicitado por esta iniciativa indo ao encontro do que têm sido os anseios do Agrupamento de Escolas e todos os profissionais que lá trabalham. Também referiu que, chame-se Presidência Aberta, chame-se Orçamento Participativo, poderá ser dado o nome que se entender mas é de louvar esse tipo de iniciativas. Tudo o que seja aproximar os munícipes do Órgão Executivo e do Órgão Deliberativo, na visão do deputado, é algo que é importante. As democracias só fazem sentido se forem participadas e os eleitos têm essa obrigação. Portanto, tudo o que seja trazer os munícipes a participar, mesmo que seja para dizer asneiras, é de todo muito salutar e muito benéfico à democracia. Quanto à questão aqui levantada o deputado disse não chegar tão longe e os dinheiros serem alocados, pois pelo que se sabe, isso não é possível. Talvez a dúvida tenha surgido devido ao empréstimo anterior, pois o Senhor Presidente, na última Assembleia, assumiu que o dinheiro que foi alocado não seria necessário na sua globalidade porque, por opção estratégica do executivo, fazendo a conduta da água por meios próprios ficaria a obra por cerca de trezentos mil euros. Disse não estar a cometer nenhuma heresia se dissesse o que iria fazer com esse valor, ou se o disse, o deputado não o depreendeu. Se seria para a abater à dívida, se seria um outro tipo de investimento. Disse que irá votar favoravelmente para os empréstimos e também acha que não se deve continuar a ter castrenses de primeira e castrenses de segunda. Felizmente, com esta obra ter-se-á menos castrenses de segunda e deve ser uma preocupação deste ou de qualquer outro executivo, enquanto houver um castrense de segunda, esse poder deixar de existir. Uma parte da Serra do Montemuro, porque são poucos, são castrenses e não terem saneamento, bem como Adenodeiro e Cela desconhece a forma de como se poderá resolver esta questão, porque se não foi contemplado, Viseu também não vai contemplar. ----------

---------**António Luís Fernandes Ferreira**----------

---------Usou da palavra para cumprimentar a Senhora Presidente da Assembleia Municipal e os Secretários da mesa, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Vice-Presidente e o Senhor Vereador, os colegas e a quem tem que fazer a ata. O deputado fez algumas notas introdutórias. Assim, deixou algo a relevar, o facto dos deputados municipais também representantes desta Assembleia, na Assembleia da Comunidade Intermunicipal, no caso o deputado Horácio Ribeiro e Diogo Carvalhas que apresentaram duas moções indo ao encontro dos anseios dos Castrenses, uma delas relacionada com a Requalificação da Escola Secundária e a outra relativa à Estrada Nacional duzentos e vinte e cinco, sendo de dar nota porque todos os contributos são importantes e todas as sedes que possam ser utilizadas, são mais uma força que se acrescenta. Também quis reforçar e parabenizar, a clareza com que o Senhor Presidente apresenta as questões e pela forma direta e clara das suas respostas, nas várias sessões de Assembleia. Disse que não estão habituados a isto, estando a ser absolutamente claro, e, de um modo geral, o que se assiste por parte dos políticos, dando o exemplo de uma sessão da Assembleia da República, quando questionados diretamente, fogem às respostas conforme podem e raramente respondem de forma taxativa. Disse que quando há essa clareza e essa frontalidade é porque não há nada a esconder, pelo que considera importante fazer este registo. Relativamente ao ponto em concreto, salientou não ser contra os empréstimos, até porque o deputado na sua vida pessoal já recorreu a esse meio, mas os empréstimos não podem ser vistos de uma forma separada e estanque. Os empréstimos acontecem no âmbito de uma gestão global e disse, não poder ser muito a favor de empréstimos para coisas que até são essenciais, quando na última Assembleia e aquando da discussão das contas, referiu e demonstrou com os dados que só nas rubricas diretas para festas e festinhas, gastou-se trezentos e tal mil euros. Não é contra os empréstimos. É contra a gestão em que se desperdiça dinheiro e depois tem que se recorrer a empréstimos para obras que são básicas. Por isso a sua coerência aqui, não é abalada, até porque é deputado há muitos anos, já passou por executivos do Partido Social Democrata (PSD) e do Partido Socialista e muitas vezes nos executivos, nomeadamente do PSD, pelo qual estava eleito, com diversas questões que considerava serem merecedoras de serem esclarecidas e opôs-se quando entendia que o devia fazer. Para além dos empréstimos terem que ser tratados numa perspetiva global, também há um outro aspeto importante, que é saber para que servem. Disse que quando contraiu o empréstimo, o mesmo foi para construir a sua casa e que por sua vez, o filho irá herdar, disse que não contraiu um empréstimo para comprar um carro, porque esse o filho do deputado, já não vai herdar, ou seja, é preciso ser-se muito rigoroso na forma como se recorre há banca e neste caso, afirmou o seu apoio à proposta que está a ser apresentada. Por um lado, a bem da verdade, a responsabilidade nem é deste executivo e não

querer entrar na onda de algumas injustiças que ouviu na sessão de Assembleia. Está a falar-se de questões básicas para a população, o saneamento é uma questão básica, a questão das ETAR´s é uma questão básica. Referiu-se à intervenção do deputado Constantino Silva quando diz que há outras necessidades, pois elas existem e questionou o porquê das mesmas não estarem colmatadas, tendo justificado pelo facto de se ter gasto demasiado dinheiro em festas e festinhas, faltando dinheiro para a realização de saneamento, por exemplo. Disse que concorda com quase tudo o que foi dito na sessão e concorda com o deputado Marco Andrade quando diz que a obra é uma necessidade básica das populações. Básica, para aquilo que é a sua vida normal, básica para aquilo que é a preservação do ambiente, básica para aquilo que é o bem estar. Está a falar-se de uma estrutura muito mais avançada e possivelmente não haverá a necessidade de estar sujeitos a fossas sépticas e a outras ETAR´s que são extremamente incomodativas para quem reside nas proximidades. Por isso, é o mais elementar. E se eu concordar com a gestão global, tudo o que sejam empréstimos para este fim, colmatando necessidades básicas, naturalmente que o deputado irá apoiar. Está a hipotecar-se o futuro dos nossos filhos, dos nossos netos e dos nossos bisnetos, sim, mas eles irão usufruir desse bem, sendo essa a grande diferença. É por isso que o deputado fala na visão global da gestão que é feita. Esses que vão pagar, vão pagar a sua quota parte, mas muitos dos que vão pagar, muito poucos anos de vida vão usufruir desse bem e os descendentes vão usufruir, por isso, é importante ser-se um pouco mais equilibrado nessa questão, porque eles serão os verdadeiros usufrutuários, esperando que fiquem pelo concelho e não tenham que sair. Daí a coerência e transparência do deputado. Transparência que pediu para algumas intervenções. Disse que já começa a ser recorrente, dizendo que já começa a incomodar todos, pelo menos ao deputado incomoda, porque não sabe do que estão as pessoas a falar remetendo para o Facebook. Disse que tem Facebook mas raramente o utiliza e não está obrigado a frequentar a rede social para estar informado e se há alguma coisa a dizer é aqui que existe palco para o fazer, devem assumi-lo frontalmente. Para além disso, o que mais incomoda o deputado é ouvir dizer que existiram outros desvios e que foram "não sei para onde" para satisfazer clientelas. Disse que é importante ser-se gente honesta, até porque o são, e quando se faz uma acusação é importante ser-se rigoroso, frontal e dizer do que se está a falar. Acrescentou desconhecer se estava a haver uma acusação ao executivo atual se ao anterior. Assim, ou se calam ou então não atiram insinuações para o ar. Relativamente à questão do valor, disse que por aquilo que entendeu é uma comparticipação de cinquenta por cento barra cinquenta por cento, não é um grande negócio mas diz acreditar, com sinceridade que o executivo que o fez, fê-lo pelo melhor que pode sentindo que seria uma necessidade tendo sido esse executivo que tentou negociar a obra e tendo conseguido espremer os valores para ela poder ser comparticipada. Então, se os valores já estão espremidos, diz não entender onde está o problema. Presume-se que já se esteja em valores razoáveis e aceitáveis e

depois, reforçando o que disse o deputado Alexandre Pereira, depois do concurso, é que se saberá. Esperando que não, mas pode acontecer não ter ninguém a concorrer, justificado pelo valor baixo, ou até se pode ter alguém a concorrer que garanta a obra e até se consiga um valor inferior. Certamente, as sobras não serão para satisfazer clientelas, de certeza absoluta. ----------

---------**Albino dos Reis Ramos** ----------

---------Interveio para dizer que ficou muito chocado quando o trataram mal, em especial o deputado Márcio Ferreira, seu vizinho e que respeita mas que também é merecedor do contrário. Falou, mas não foi no executivo anterior nem nos dois mandatos anteriores, mas foi antes. Fez saber a rede de esgotos e a ETAR do Mezio quando numa sessão de Assembleia foi aprovado, quinhentos mil euros, há já muito tempo. Disse não ser contra o caso em concreto, não é contra a aplicação do dinheiro sobrante, mas aplicá-lo em obras rentáveis e não para fazer festas. Disse custar ouvir que é um indivíduo leviano e sublinhou que sempre levou uma vida digna, séria, dedicada e nunca andou com malabarismos e não admite que lhe refiram isso. Todavia, acrescentou que o rigor nos empréstimos é necessário, o rigor na gestão é necessária, se o dinheiro sobrar, façam outras obras, outros saneamentos, outros abastecimentos de água. A propósito da água, disse não ter conhecimento do que foi feito, mas no dia da sessão de Assembleia rebentou uma conduta, em frente ao Café do Alto, frente à casa do deputado em São Joaninho e o mesmo pensou que aquilo viria de alguma fossa, mas vinha do depósito de água, cheio de terra e lama, provavelmente do pouco cuidado que tiveram aquando da reparação da captação, sendo essa uma das preocupações do agora orador. Acrescentou que comunicou essa situação à Câmara esperando que anotem que aquela água estava coberta de lama. É preciso ter cuidado porque as pessoas bebem a água, o lar, tem essa água para consumo, pelo que é preciso ter muito cuidado com a água e a saúde, nomeadamente com os mais idosos e os mais necessitados. É necessário rigor na gestão, referindo que contem com o deputado, com seriedade. Destacou que não admite a imposição de limites à liberdade do deputado e aquilo que diz, assume. Disse que já é a segunda vez que acontece em sessão de Assembleia, em algumas intervenções, dizer-se que "não sabe o que diz" e questionou este comentário, pois todos os presentes são responsáveis, pelo que se diz e por aquilo que se faz. Pediu para haver algum cuidado, não tomar posições por advertências, pois o deputado isso não admite. ---

---------**Constantino Duarte Silva** ----------

---------Interveio pedindo desculpa pela altivez de voz em resposta ao deputado António Ferreira, mas o juízo que o deputado fez mediante a intervenção do deputado agora orador, foi que, ele estava a fazer uma suposição, não tendo base concreta quando disse que, foi por gastarem em festinhas e em determinadas coisas que outras obras não foram feitas. É assim que o deputado orador interpreta, pedindo desculpa pela altivez de voz, não devendo ter acontecido. Disse que o seu direito

de resposta é o seguinte: o deputado vem ali exercer um direito, a liberdade de expressão sendo o que é mais consagrado, o direito a falar, pois quem lhe cortar a língua, corta-lhe as pernas e corta-lhe os braços, corta tudo. Relembrou que na última sessão, na aprovação de contas de dois mil e dezassete, crucificaram o deputado Diogo Carvalhas, com que direito? Por ter utilizado mal a palavra "mentira"? Questionou se acharam que fizeram bem. Disse que, certamente, não gostariam que os crucificassem como o fizeram. Também, quando falou em contração de empréstimos, referiu-se apenas às questões básicas que as populações precisam e de Mões foi para outras freguesias a nível de saneamento, foi para outras freguesias a nível de saúde, foi para outras freguesias a nível de segurança, nomeadamente nas vias de comunicação, na proteção contra incêndios, a referir a ideia e o projeto que o executivo tem para fazer prevenção, mas que o deputado considera não ter pernas para andar, porque, a título de exemplo, quando se contrata uma empresa para proteger uma habitação não existem horários na habitação, a segurança é necessária todos os dias, vinte e quatro horas por dia, trinta dias por mês, trezentos e sessenta e cinco dias por ano. Isto é que é fazer prevenção, caso contrário, a "ocasião faz o ladrão". Acrescentou não ter sido bem claro em relação à água imprópria que se tem verificado na Freguesia de Cujó, porque nós não somos responsáveis pela rede de águas existente no município, mas sim a Câmara Municipal, mas questionou onde chegam as queixas. Elas chegam à Junta de Freguesia, tendo na última sessão de Assembleia de Freguesia um elemento dito o seguinte "Se houvesse sessões de junta todas as semanas, eu estaria aqui para reclamar em relação à água. Porque? Porque todas as semanas durante o fim de semana é sistemático, falha a água em minha casa". Disse que se alguém tem que se justificar não é a Junta de Freguesia, é a Câmara Municipal e questionou o seguinte: Será que se vai construir, criar uma rede de esgotos, tratados e não se tem capacidade de abastecer as populações com água de qualidade no nosso Município, no nosso concelho? Quando existem várias nascentes de qualidade? Acrescentou que Cujó tem águas de qualidade e o Município leva até às pessoas água de má qualidade, porquê? Se alguém usa os meios de comunicação para se manifestar, disse estar plenamente de acordo. Hoje vive-se num país livre, onde as redes sociais levam a qualquer lado do mundo, sendo isso bom pois nem é preciso contactar as pessoas já que através das redes sociais elas fazem chegar os problemas. Não é o que acontece, por exemplo, quais são os meios em que a Assembleia, Juntas de Freguesia têm para chegarem, o mais rápido possível, aos órgãos responsáveis pelo Município para que se possa dar conta de uma determinada ocorrência, como o faltar da água, como o rebentamento de um tubo, o único meio que tem é o endereço eletrónico da presidência. Disse que na passada sexta-feira quando a água faltou em Cujó, a única coisa que o deputado fez, ainda que em reunião, foi transmitir ao Presidente da Junta e este tomou a devida tarefa de dar conhecimento do sucedido. Salientou que se referiu ao Facebook pela simples razão de

que, se não acreditavam no que lhes estava a dizer, consultassem o Facebook e as respetivas mensagens e fotografias relativas à água.----------

---------**Luís Carlos Marques de Almeida**----------

---------Iniciou a intervenção cumprimentando os presentes, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal e os Secretários da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores, os colegas deputados. Congratulou-se pela obra ETAR da Bacia de Courinha, porque em Souto de Alva vive-se, há cerca de quinze anos, com uma fossa a correr a céu aberto considerando que estes munícipes têm sido cidadãos de segunda e assim que a obra termine, pelo menos estes munícipes abrangidos pela ETAR, neste ponto, deixarão de o ser. Disse não ser necessário uma Presidência Aberta bastando um convite para ir a Souto de Alva e verificar a forma como se convive com uma fossa a correr a céu aberto, um crime ambiental, correndo para um rego de água que por sua vez, esse é um rego por onde passam as águas que irão regar as várias culturas, ou seja, toda a agricultura existente na parte baixa do Souto. Diz esperar que esta obra venha a ser contratada porque mais do que aquilo que vê de alguns dos presentes que estão preocupados com o dinheiro sobrante, e onde o vão usar, porque afinal não podem usar em mais nada do que aquela obra, mas o que preocupa o deputado é se haverá alguém que se irá candidatar a essa obra, já que o valor inicial da obra foi reduzido fazendo com que haja uma maior dificuldade em haver alguma empresa interessada em executá-la. Mas disse esperar que sim, para bem dos cidadãos da Freguesia de Mões, da União de Freguesias de Mamouros, Alva e Ribolhos, tendo-se ali um problema. ----------

---------**João Cândido da Silva Henrique** ----------

---------Interveio dizendo que pensa que as pessoas intervêm, mas não para dizer asneiras, vêm sim expor as suas opiniões, conseguindo expô-las umas vezes melhor, outras vezes pior, tal como acontece ao deputado e a todos os outros. As pessoas estão de boa fé, disse pensar o deputado. Mas, disse, que lhe parece que se estão a esquecer de alguns pormenores que a Lei baliza. Há um pormenor que o deputado disse ter vindo a referir já desde o executivo passado e cuja resposta era sempre a mesma. Assim, disse que já salientou variadas vezes que o órgão mais importante do Município é a Assembleia Municipal, sem dúvida. Mas questionou o seguinte: Foram feitas algumas comissões para executar várias situações, mas a verdadeira comissão nunca foi feita aqui nesta Assembleia dizendo que a culpa é dos próprios elementos. Disse que lhe custa ouvir algumas pessoas dizer que não estão a par de determinados assuntos, era algo bom poder pedir-se um empréstimo para comprar feijões e depois compravam-se chinelos para ir para a praia, mas não é assim. Mas há uma coisa muito simples, há pessoas aqui, que se vê com grandes capacidades em termos numéricos e afins que poderiam constituir uma Comissão no sentido de fiscalizar os empréstimos que são feitos. Mas já anteriormente era igual tendo proposto essa situação mas disse

que ninguém o ouviu. Se quiserem ouvir agora, disponibilizou-se para aquilo em que possa colaborar, para que não se perca o rasto dos empréstimos. Agora está a discutir-se este empréstimo mas vai perder-se o rasto do mesmo, seja com este executivo ou outro qualquer. A Assembleia Municipal é o órgão mais importante do Município. Quanto à questão do deputado Constantino Silva, afirmou que o mesmo tem uma situação bastante interessante acerca da Proteção Civil, porque a Proteção Civil são todos os dias e é bem verdade. Efetivamente, falta o Centro Municipal de Proteção Civil e se for necessário, disse já ter um projeto para tal e sabe como se poderia dar resposta, mais ou menos imediata. É importante arranjar uma Comissão da Proteção Civil da Assembleia Municipal. Mas é importante utilizar os poderes que a Assembleia tem. Questionou mesmo se as Assembleias, as quais também integrou, fizeram tudo o que poderiam fazer e se agora continuam a fazer tudo. O empréstimo vai ser aprovado, ninguém vai saber de mais nada do que se passa e acabou! Questionou se houve alguma vez alguma Comissão instituída nesta Assembleia tendo respondido que não. Foram feitos alguns grupos de trabalho mas não foi dado o poder de comissão. O poder da comissão pode chamar o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vice-Presidente, o Senhor Vereador, o Senhor Engenheiro e quando a este palco vieram algumas pessoas, foi porque o Senhor Presidente da Câmara os chamou. Nunca a Assembleia chamou ninguém para fazer esclarecimentos. Disse que vai deixando os reptos e se quiserem fazer, façam, senão quiserem fazer, não façam. ----------

---------**Márcio dos Santos Ferreira** ----------

---------Agradeceu à mesa por poder fazer a intervenção de agora, tendo insistido para tal. Clarificou que, obviamente, não intervém para ofender ninguém, nem foi o que fez. A sua intervenção foi de crítica contra as intervenções que foram anteriores e que lhe é legítimo fazer. Disse não saber estar de outra forma que não estar de forma clara em tudo tendo uma opinião muito concreta. Quando intervém faz da forma como é o deputado, direto e espontâneo. Disse ter ficado triste por, de alguma forma, a sua intervenção ter deixado o deputado Albino Ramos ofendido, porque obviamente não foi essa a sua intenção, mas também não é por isso que o deputado retira o que quer que seja à sua intervenção, porque independentemente da forma como as intervenções são feitas, a crítica e o conteúdo das mesmas também é legítimo a quem as faz, mas não é por parecerem ser desagradáveis a determinadas pessoas que deixam de ser feitas. É claro que qualquer um dos presentes pode criticar a sua intervenção, o deputado apenas terá que aceitar. Disse que é obvio que tem uma grande consideração pelo deputado Albino Ramos e interveio exatamente para lhe dizer isso, tem estima, amizade, é conterrâneo do deputado e de forma alguma interviria com consciência, para fazer uma intervenção que de alguma forma o pudesse ofender. Assim, pediu que não se sentisse ofendido pois nunca foi essa a sua intenção. ----------

---------**Intervenção da Senhora Presidente da Assembleia Municipal**----------

---------Usou da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, solicitando ao Senhor Presidente que na próxima sessão de Assembleia Municipal entregue a este órgão o parecer do Ministério do Ambiente relativamente a este projeto. Trata-se de um projeto de grande importância para esta zona do concelho e as pessoas compreendem que os equipamentos existentes e aos anos a que foram construídos, alguns nos finais dos anos oitenta e início da década de noventa, tiveram o seu tempo de vida e hoje não servem de forma alguma as pessoas e todo o ambiente envolvente e até o aspeto turístico que fica muito prejudicado por estas obras. Pelo que disse, gostava de ter na posse deste órgão o parecer do Ministério do Ambiente. Disse pensar que a obra que está em curso, relativamente à drenagem desta zona de Castro Daire também terá esse documento, esse parecer, essas informações e que estarão a ser respeitadas. Para esta, o projeto está realizado, estão a preparar, eventualmente, o concurso, mas gostavamos de ter conhecimento do parecer do Ministério do Ambiente. ----------

---------**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**----------

---------Interveio dizendo que irá ser objetivo nas suas explicações. Disse que esperava ter sido esclarecedor e por aí agradece as palavras do deputado António Ferreira, pois a sua forma de estar é sem rodeios e, o que é, é. Referiu que para a obra, os preços haviam sido esmagados, isto feito pelo anterior executivo, e passar de quatro milhões para três milhões é reduzir vinte e cinco por cento, uma redução substancial. Também acrescentou que se trata de um empréstimo consignado a esta obra. Relativamente à conduta, disse que o dinheiro que não se gastasse na mesma, seria para amortizar no empréstimo contraído para tal. Quanto à questão do Senhor Presidente da Junta União de Freguesias de Mamouros, Alva e Ribolhos, tendo em conta a incorporação das novas zonas, fez saber que neste momento não existem condições para adicionar mais zonas, uma vez que a candidatura foi aprovada nestas condições, na candidatura não se consegue adicionar absolutamente nada. Esclareceu que uma outra estratégia que o Senhor Presidente tentou, foi dividir a obra, porque os mesmos três milhões divididos em duas obras diferentes, seria possível ir buscar oitenta e cinco por cento de cada uma delas, porque o limite era um milhão e meio, por operação. Diz não concordar no modo como foi feita a candidatura desta obra. A condição era de três milhões, no máximo, por Município e um milhão e meio por operação. Mesmo assim, no anterior mandato, decidiram levar tudo num bolo, havendo a restrição agora salientada, ou seja, na opinião do Senhor Presidente, não avaliaram devidamente sequer o Aviso de Candidatura a que estavam a candidatar, porque o limite eram três milhões. Mas todas as soluções apresentadas foram impossíveis de executar. Referiu que o que traz à Assembleia é a candidatura nos moldes em que foi candidatada, ou se faz agora e nas condições apresentadas, ou então já não se faz. O início do processo foi mais

demorado, porque tentou-se renegociar. A candidatura foi aprovada e neste momento o processo necessita ser célere, para que se consiga cumprir os *timings*. Relativamente, à questão da água de Cujó, existe um problema de há muito tempo relacionado com o facto de, quando existe trovoada, as bombas param e ao arrancarem puxam o que está em baixo, mas à partida, ficará resolvido definitivamente com uma solução evitando que sempre que haja trovoada essa situação aconteça. Também disse ter sabido no momento de uma outra situação em Cujó resultante do fecho de uma torneira no meio da aldeia, sendo esta situação alheia ao controle do executivo. Acrescentou que, quando era deputado debateu-se muito por este assunto e diz folgar em saber que a importância da água melhorou substancialmente para o deputado Albino Ramos tendo recordado a afirmação do deputado Albino Ramos afirmando que quando havia estado na Guiné bebia água muito pior. Disse ser uma preocupação do executivo a questão da água e também que fica muito satisfeito que a opinião do deputado tenha mudado, pelo facto de se ter sentado do lado da bancada. Destacou, ainda a prevenção florestal, abordada pelo deputado Constantino Silva, dizendo que é ideia do executivo, tendo em conta o figurino do concelho e o trabalho feito pelos kits da Junta de Freguesia no incêndio de quinze de outubro, criar brigadas de vigilância florestal de primeira intervenção, caso haja um foco de incêndio, podendo atuar de imediato. É um projeto a um ano, e em tempo de baixa probabilidade de incêndio essas mesmas equipas farão limpeza nos aglomerados de freguesias. Esta será uma medida, para quem não tem nada, preventiva. Talvez não seja a ideal, porque essa seria ter um kit em todas as aldeias do concelho, mas disse não ter dúvida nenhuma que é uma situação bem melhor do que a que se tem no momento. Referiu custar-lhe perceber que uma medida que visa a vigilância florestal, primeira intervenção em caso de incêndio, limpeza (a Câmara fornece os meios humanos) que não seja bem recebido. Passa a haver gente nos territórios. Deu o exemplo de um incêndio em Pereiró e se o kit estiver em Vila Maior chegará muito mais depressa do que chega o autotanque dos Bombeiros a sair da vila até ao sítio, bem como a dimensão do incêndio será muito menor. Só há um motivo para o projeto não ter sucesso, é se os intervenientes não quiserem que ele tenha sucesso. Se houver dedicação este será um projeto de sucesso para o concelho, sem dúvida. ----------

Posto este ponto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com uma abstenção, aprová-lo. Absteve-se o Membro da Assembleia Municipal Lino Gonçalves da Silva. -----

Ponto Quatro – Relatório de avaliação das propostas – Contratação de empréstimo, ao abrigo do artigo 51.º do número um, da Lei número 73/2013, de três de setembro, para aplicação em investimentos, até ao montante de um milhão, quatrocentos e quarenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e quatro euros e cinquenta e um cêntimos. ----------

Posto este ponto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com uma abstenção, aprovar o correspondente ao financiamento da contrapartida nacional do investimento municipal e ao elegível não comparticipado – Sistema de Tratamento e Coletores de Recolha de Esgotos Domésticos nas Povoação da Bacia da Ribeira de Courinha. ----------

Absteve-se o Membro da Assembleia Municipal Lino Gonçalves da Silva.----------

Ponto Cinco – Relatório de avaliação das propostas – Contratação de empréstimo de médio/longo prazo, ao abrigo do artigo 101.º – operação de substituição de dívida – da Lei número 114/2017, de 29 de dezembro, para exclusiva aplicação na liquidação antecipada de empréstimos: BEI 09-0250-Feder-013028 e BEI 08-0231-Feder-020019, até ao montante de cento e nove mil, trezentos e vinte e três euros e sessenta e sete cêntimos.----------

---------**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**----------

---------Interveio dizendo que, naquilo que é a gestão do dinheiro público e naquilo que são os financiamentos que se tem, o que se pretende é uma reestruturação de dívida. É a troca de dinheiro caro por dinheiro mais barato. Haviam dois empréstimos com *spread* três ponto nove e irá ser substituído por um com os mesmos prazos e os mesmos montantes a zero ponto nove de *spread*. Isto foi conseguido apenas com um mero expediente de troca de dinheiro, poupando-se num ano e meio ou dois anos, cerca de cinco mil euros. Todos os empréstimos foram avaliados e apercebeu-se quais os que tinham potencial para haver algum ganho financeiro. ----------

Posto este ponto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo.----

Ponto Seis – Análise, discussão e votação, nos termos do disposto na alínea o), do número um, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro, da alteração do Mapa de Pessoal, para o ano de dois mil e dezoito.----------

---------**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**----------

---------Interveio referindo que a alteração é algo de muito simples, não acarretando despesa nenhuma. Simplesmente, uma funcionária que esteve dezenas de anos nos Recursos Humanos e havia sido transferida para a Divisão de Planeamento, Urbanismo e Ordenamento do Território e neste momento faz-se o seu regresso aos Recursos Humanos.----------

Posto este ponto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo.----

Ponto Sete – Análise, discussão e votação, nos termos do disposto na alínea p), do número um, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro, da concessão de Imóvel do domínio público – Infraestruturas de Apoio à Prática de Desporto e Aventura do Rio Paiva – Lodeiro – Cabril, bem como dos Termos da referida concessão. ----------

---------**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**----------

---------Iniciou a sua intervenção dizendo que a informação diz respeito à concessão do espaço de domínio público do Lodeiro. Disse que, como no ano passado havia sido feito apenas um protocolo com a Junta de Freguesia, pelo que se pensava que esta situação era apenas da competência da Câmara, porque anteriormente não veio à Assembleia Municipal. Todavia, como é um imóvel de domínio público necessita ser a Assembleia Municipal, a autorizar. ----------

---------**José de Almeida Gonçalves** ----------

---------Interveio dizendo que é completamente a favor da concessão do espaço agora em análise. Mas disse ter algumas dúvidas porque há dois anos foram contactados de urgência pelo anterior executivo para a Junta de Freguesia tomar conta do espaço e não ficar fechado. O deputado, à data havia dito que o melhor seria concessionar o espaço mas foi informado que nos primeiros cinco anos, isso não seria possível, tendo sido referido pelo antigo Presidente da Câmara e o Chefe da Divisão de Obras Municipais e Ambiente. Uma vez que os cinco anos só estão passados em agosto do ano que vem, é essa uma das suas grandes dúvidas. Também tem outras dúvidas, de carácter técnico, pois sabe-se que o espaço nem tem luz nem tem água, pelo que não sabe até que ponto se possa, de um momento para o outro, concessionar. Também o Caderno de Encargos diz, na cláusula terceira, que o prazo da concessão é de um ano, mas tendo em conta que é necessário comprar tudo o que é necessário, um ano parece muito pouco para a concessão, a menos que a renovação seja garantida. A mesma cláusula diz que a concessão será de um de julho a trinta e um de outubro, pelo que perguntou se o concessionário vai pagar os doze meses ou irá pagar apenas estes quatro. Mas sendo aquele espaço uma Infraestrutura de Apoio aos Desportos Náuticos faz todo o sentido que o espaço esteja aberto precisamente na altura dos desportos náuticos, ou seja, de dezembro a março, com a canoagem e o *rafting*. Se, eventualmente, o espaço for para ficar fechado esses oito meses, durante esse tempo o concessionário terá que fazer a manutenção do espaço? Também disse que quando se refere ao pagamento, é porque na cláusula quatro, no ponto dois, refere que o preço será pago em duodécimos o que leva a crer que será pago todo o ano. Na cláusula sexta na alínea g) diz "assegurar a conservação e manutenção do imóvel e respetivos acessos durante o período da concessão da exploração e suportar todos os encargos...", tendo questionado quais são os acessos (se os interiores ou os de acesso ao espaço) e se também essa conservação terá que ser feita nos oito meses que não está em funcionamento. Mas, se for para estar apenas quatro meses aberto, sugere que se troque outubro por junho, porque em junho é já tempo de verão, sendo muito mais lógico estar aberto em junho, julho, agosto e setembro. Em outubro, ninguém frequenta o espaço. Disse ainda que, no período antes da ordem do dia, se esqueceu de agradecer ao Município a colocação das armadilhas da *Vespa velutina* e centenas de fundadoras foram capturadas.

Destacou ainda o mel, e todo o concelho se deve congratular com isso, que a Associação de Produtores Florestais Montemuro e Paiva apresentou a concurso nacional realizado em Santarém e ganhou a medalha de ouro, no mel multifloral. É importante divulgar, fazer a feira do mel. Disse esperar que no próximo ano o executivo reforce as armadilhas pois deu bastante resultado.----------

---------**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**----------

---------Relativamente a estas questões colocadas pelo deputado esclareceu que é uma praia fluvial mas aquando do financiamento apenas seria elegível para Infraestruturas de apoio à prática desportiva, daí que os meses selecionados tenham sido os meses de julho a outubro. Efetivamente, o concessionário irá pagar quatro meses e ficou o ano para permitir a renovação, se for caso disso. Assim, ficam muitas perguntas respondidas. Nos outros oito meses, o concessionário não terá que fazer a manutenção, será a Câmara a fazê-lo. Quanto aos acessos, são os interiores. Com relação aos cinco anos, é apenas necessário uma autorização, por parte da entidade financiadora, cuja aprovação está em curso. Quanto à *Vespa velutina* e ao mel afirmou ter ficado muito satisfeito com os resultados das armadilhas porque é um setor de atividade que no concelho começa já a ter uma certa dimensão, mesmo porque há já muito particulares da área agrícola na área do mel, o que é muito importante. Disse ficar muito satisfeito com o que se está a fazer como prevenção e aposta na área do mel e fica ainda mais satisfeito com o galardão que o mel obteve, tendo dito que enquanto Câmara tudo farão para que isto se saiba além fronteiras e possa ser uma forma de dinamizar e fazer crescer o mel em Castro Daire e este setor de atividade. ----------

---------**Carlos Alberto Bianchi Pinto** ----------

---------Interveio dizendo que se bem percebeu, é concessionado de julho a outubro e as obrigações parariam no período em que a praia está fechada. De facto, tem-se uma questão técnica, porque de facto o período anual ser diferente do ano civil, não implica renovação nenhuma, é aquele período, mas em termos de contrato bastaria dizer, renovável por períodos iguais e sucessivos enquanto não for denunciada. Outra questão é o facto de ter que constar do caderno de encargos que as obrigações entre aquele período em que a praia está fechada não é da responsabilidade do concessionário. Lembrou que a Assembleia tem a competência para estabelecer as regras do Caderno de Encargos havendo possibilidade de alterá-lo, mas terá que ser o Senhor Presidente a dizer se aquilo que está no Caderno de Encargos é aquilo que se pretende regular ou se é aquilo que se acabou de falar. Disse que a competência do Caderno de Encargos é da Assembleia Municipal. ---

---------**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**----------

---------Interveio dizendo que as questões legais ou jurídicas o ultrapassam mas o importante é que o espaço abra, lembrando que no ano passado acabou por ser oneroso para a Câmara (com o

pagamento de salários de funcionários, gasóleo e outros) e com esta proposta tem-se o espaço a funcionar, não há gastos e ainda se recebe algum dinheiro e ainda se tem a atratividade no Lodeiro para quem a quiser visitar. O concessionário terá que assegurar a questão da luz. As questões técnico-jurídicas, disse não estar capacitado para as discutir. A lógica é o concessionário pagar esses quatro meses e a lógica do ano era para que permitisse uma renovação, caso as coisas funcionassem bem. Todavia, com relação à questão técnico-jurídica, disse que se houver vontade de saná-la, o deputado Horácio Ribeiro e Carlos Pinto poderão reunir com o Gabinete Jurídico e Contencioso e fazerem-se os esclarecimentos mais técnicos e no final enviar para todos os elementos da Assembleia o documento final. ----------

---------**José de Almeida Gonçalves** ----------

---------Interveio para dizer que num próximo ano seria preferível colocar de junho a setembro. ---------

Posto este ponto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo.----

---------Finda a votação do ponto, o Grupo Municipal do Partido Popular da Assembleia Municipal fez a seguinte declaração de voto: "A propósito deste ponto da ordem de trabalhos, foram presentes à Assembleia Municipal os seguintes documentos: a) informação número 00/2018 dos serviços municipais, referentes à concessão do imóvel de domínio público; b) caderno de encargos, a apresentar no procedimento de concessão da exploração e c) programa de procedimento de concessão da exploração, propriamente dito. Cumpre dizer que concordamos com a referida concessão e com as razões enunciadas, na informação 00/2018 e que presidem à proposta da Câmara Municipal. Concordamos igualmente com o procedimento concursal e o seu programa. Sempre e apenas com um pressuposto: que o Município não incorra em responsabilidade junto da entidade gestora do co-financiamento europeu, de que o projeto beneficiou. O que nos parece, aliás, resulta das palavras do Senhor Presidente da Câmara que garantiu ter solicitado autorização para a concessão à autoridade gestora. Ocorre que, quanto ao caderno de encargos a ter como referência no procedimento concursal, foram levantadas legítimas dúvidas, quanto ao prazo da concessão (cláusula 3.ª n.º 1), quanto à duração da concessão (cláusula 3.ª n.º 2), quanto ao período a pagar pelo concessionário (cláusula 4.ª n.º 1) e quanto à responsabilidade pelo pagamento dos encargos correntes e conservação de acessos do imóvel (cláusula 6.ª n.º 1 alínea g)). Dos esclarecimentos prestados, depreendemos que é intenção do Município: a) que a exploração a conceder tenha um prazo efetivo de quatro meses renovável, por iguais períodos, e b) que as obrigações de pagamento e de cumprimento das obrigações corresponda a esses quatro meses. Já do caderno de encargos, resulta expresso que: a) a exploração do imóvel tem um prazo de um ano, sem menção da sua renovação; b) que o preço é dividido em duodécimos devidos enquanto durar a exploração e c) que as obrigações, para o concessionário decorrerão dentro do prazo da concessão. Atentas as

divergências entre o que pretende a Câmara Municipal e o que consta do caderno de encargos, foi proposto que se procedesse à alteração daquele documento. Nesse sentido firmou-se o compromisso de, entre dois deputados municipais e os serviços jurídicos da Câmara, se proceder às alterações necessárias, o que foi aceite por toda a Assembleia. Assim e face ao exposto, em defesa dos princípios de celeridade, por um lado, e de salvaguarda efetiva, do bom nome do Município, uma vez que entendemos que este é uma pessoa de bem, não podendo, por isso, apresentar aos interessados uma proposta que, de antemão, não corresponde à sua real vontade, expressamos o nosso voto de aprovação do assunto e, discussão, ressalvando apenas a necessidade de alteração dos documentos. Alteração que, entendemos, deverá fazer corresponder a real vontade (de concessão da exploração de modo não permanente, por um prazo renovável, e limitando as obrigações do concessionário à exploração, de facto, do imóvel) com o texto do caderno de encargos."----------

Ponto Oito – Análise, discussão e votação, nos termos do disposto na alínea g), do número um, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro, relativo ao Programa Municipal de Apoio à Melhoria Habitacional. ----------

---------**Intervenção da Senhora Presidente da Assembleia Municipal**----------

---------Interveio dizendo que o texto elaborado pela Técnica Superior suscita algumas dúvidas, pois refere a suspensão da entrada de novas candidaturas até à regularização das candidaturas existentes pelo que surgiu a dúvida se é competência deste órgão, a suspensão da entrada de novas ou se é o próprio serviço, após se ter suspendido a eficácia deste regulamento. Enquanto não for aprovada uma nova versão, ele está em vigor, sendo utilizado para as candidaturas que se analisarem. ----------

---------**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**----------

---------Interveio para dizer que neste momento existe um bolo enorme de candidaturas, como pode ser confirmado pela informação, havendo algumas do ano de dois mil e dezasseis que nem orçamentadas estavam, mas pela lógica das candidaturas que foram aprovadas, pelo valor máximo permitido, de sete mil e quinhentos euros, verificam-se valores a rondar os quatrocentos mil euros de candidaturas pendentes. Nos últimos dez anos juntamente com o que foi pago este ano relativo a esse programa, foram pagos quatrocentos mil euros. Ou se estanca neste momento a entrada ou então não se consegue solucionar o que se tem e as candidaturas que entrarem também não terão capacidade para se pagarem. O objetivo é suspender a entrada de candidaturas, não o Regulamento, porque esse continua a produzir eficácia porque continuar-se-á a apoiar atividades no âmbito do programa. O que se pretende é que não entrem mais candidaturas até se solucionar o

problema. Quando estiver resolvido, pretende-se que volte à Assembleia. Foi dito pelo Gabinete Jurídico e Contencioso que seria a Assembleia a suspender qualquer uma das cláusulas e o objetivo é apenas suspender a entrada de novas candidaturas. ----------

---------**Carlos Alberto Bianchi Pinto** ----------

---------Interveio dizendo que para suspender a entrada de novas candidaturas é necessário suspender o artigo relativo a entrada de novas candidaturas, mas isto é uma suspensão da eficácia do Regulamento e não é isso que se tem aqui. A suspensão de novas candidaturas é da competência da Câmara Municipal e tem que ter por base a suspensão do Regulamento e a suspensão do Regulamento não pode ser votada. Se o Regulamento prevê a suspensão, a Câmara dá ordens e está feito. Para a Assembleia suspender, tem que suspender o Regulamento, limitado a essa parte. Se se deliberar a suspensão da eficácia do Regulamento com base no que foi apresentado, o interessado que pretenda impugnar a deliberação da Assembleia Municipal, fá-lo e terão que admitir a candidatura desse interessado. Se a ideia é não entrar mais nenhuma e permitir aos serviços fazer a análise do que está pendente, deveria usar-se a forma correta, ou seja, fazer a suspensão parcial do Regulamento, nesse ponto. A deliberação da Câmara Municipal também terá que ser dada nesse sentido. A Câmara Municipal propõe à Assembleia que suspenda a eficácia do Regulamento nesse ponto. Se a deliberação da Câmara Municipal é a apresentada na Informação, a mesma diz aprovar a informação e enviar à Assembleia.----------

---------**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**----------

---------Retomou a palavra dizendo que está a aprovar-se uma informação. É evidente que a vontade é solucionar cada uma das situações, mas também é evidente que nos últimos dez anos gastou-se o dinheiro que está pendente neste momento. O problema é que neste momento não há dinheiro para satisfazer os trezentos e oitenta e quatro mil euros daquilo que se tem neste momento e que equivale aos últimos dez anos de apoios que a Câmara já deu neste programa. ----------

---------**Diogo Gomes Carvalhas** ----------

---------Interveio dizendo que não conhece o Regulamento na íntegra mas supõe que a cada candidatura, desde que seja até um certo montante, é atribuído esse montante e portanto está a discutir-se a suspensão de novas candidaturas para que se evite que não haja dinheiro para responder a todas essas candidaturas. Disse que em vez de se propor uma suspensão total de novas candidaturas seria melhor alterar-se o Regulamento e integrar-se alguns critérios de urgência e necessidade para que o programa da melhoria habitacional fosse efetivamente dirigido a quem mais necessita e a quem tem maior urgência em receber esses apoios. ----------

---------**Alexandre Paulo Simões Pereira**----------

---------Iniciou a intervenção referindo não ser jurista mas diz que lhe parece que a informação disponibilizada, é clara. Da Lei, decorre que, todos os Regulamentos que tenham eficácia externa, sendo este o caso, são obrigatoriamente aprovados pela Assembleia Municipal, que também é o caso deste, que foi aqui aprovado. Os Serviços estão a preparar a revisão do Regulamento, que talvez pelo facto do mesmo ser tão abrangente, é que se tem tantos processos pendurados e uma panóplia tão grande. Considera, como boa a sugestão do Regulamento ser revisto no sentido de ser mais eficaz para as pessoas que realmente precisam, devendo ser um ponto fundamental. Mas o que aqui está em causa e para ser votado a suspensão de entrada de novas candidaturas e na sua modesta opinião, quem tem competência para esta aprovação é a Assembleia Municipal porque tem eficácia externa, competindo à Assembleia Municipal. Por isso, a Câmara Municipal deu como boa esta informação e remeteu-a à Assembleia Municipal. Considera que se suspender o Regulamento, todos os processos que lá estão, vão parar, não sendo isso o que se pretende. Entretanto, disse julgar ser benéfico, se o novo Regulamento estiver pronto, antes da regularização de todo o processo, deva ser trazido à Assembleia Municipal para ser analisado, ainda que as candidaturas estejam suspensas. ----------

---------**Márcio dos Santos Ferreira** ----------

---------Interveio dizendo que a questão da forma é importante, mas o que importa de facto é perceber-se o que se está a votar e quanto a isso, não há qualquer dúvida. O que está aqui proposto para votação é exatamente um pedido de suspensão de entrada de novas candidaturas e a discussão e o debate deve ser sobre a "bondade" dessa proposta. Disse, que na opinião do deputado, a proposta tem alguns riscos que tem que ver com a urgência de algumas candidaturas em relação a outras. Face a isso e até mesmo para resolver o problema de falta de verbas, deverá encontrar-se uma outra solução que não passe pela simples suspensão da entrada de candidaturas, eventualmente definir outro tipo de critérios para a aceitação das mesmas, outro tipo de valorização das candidaturas e o fator urgência deve pesar muito na validação das mesmas, pelo que deixava como proposta que este ponto não fosse votado, porque a votação do mesmo pode levar à criação de algum tipo de injustiça, podendo haver muito boa gente que precise de facto da candidatura e excluir simplesmente aqueles que ainda precisam, não parece ser a melhor solução. É óbvio que sem ovos não se fazem omeletas mas também cabe ao executivo arranjar solução e esta não será com certeza a melhor. ----------

---------**Albino dos Reis Ramos** ----------

---------Interveio para dizer que não considera descabida a suspensão dessa votação. Mas parece-lhe que se deveria retificar o ponto da ordem de trabalhos. Disse que se se acrescentasse "Melhoria Habitacional, no tocante à suspensão de novas candidaturas por impossibilidade económica de

resolver as candidaturas pendentes", votava-se isto. A urgência e as características devem ser apreciadas por quem as analisa, agora admitir novas candidaturas só se está a avolumar o número delas pendentes, tornando mais difícil a execução das que já entraram e criar falsas expectativas a quem vem se inscrever. ----------

---------**Marco Aurélio Lyrio Andrade**----------

---------Iniciou a intervenção dizendo que o deputado Márcio Ferreira foi concreto e fazendo-se um novo Regulamento, corre-se o risco sério destas candidaturas que já foram apresentadas terem que ser todas anuladas e reformuladas, face ao novo Regulamento. Quanto à suspensão, disse que há casos que já estão desde dois mil e dezasseis, casos de pessoas que até já faleceram e não têm necessidade do Programa da Melhoria Habitacional e há situações de pessoas que, temporariamente, avançaram com um processo e outras situações muito mais urgentes e que se deveria abrir uma possibilidade de abrir para esses casos mais excecionais, casos prementes. Se for dado pela suspensão, disse que se absterá porque não concorda com a suspensão, neste ponto. ----

---------**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**----------

---------Retomou a sua intervenção dizendo que o Regulamento está em revisão, sendo intenção, na próxima sessão de Assembleia de setembro, trazer o Regulamento com as devidas alterações. O que se pretende é ser sério com as pessoas, pois não considera justo que se diga às pessoas para submeterem as candidaturas, criar-se expectativas e depois as candidaturas ficam anos por resolver. Há candidaturas do ano de dois mil e dezasseis que nem orçamentadas foram. É algo de dimensão e que se tem em mãos para solucionar e o único objetivo é não avolumar o problema. Disse ser evidente que o que foi dito em sessão de Assembleia também o preocupa, as situações urgentes e críticas com alguns munícipes. A ideia é, em setembro, poder deixar-se a porta aberta para essas situações e previamente definidas com critérios basilares, pois caso contrário deixa para o Presidente decidir, não sendo critério. Sugeriu que ficasse, por agora, a suspensão da entrada de novas candidaturas. Mas se os elementos da Assembleia acharem que se deve aguardar pela revisão do novo Regulamento, que está em curso, também não é dramático. ----------

---------**Horácio António de Paiva Ribeiro**----------

---------Interveio para dizer que o argumento que traz à sessão de Assembleia, tal como referiu o deputado Márcio Ferreira é, *onde não há pão, todos berram e ninguém tem razão*. Levantou também a questão das falsas expectativas que se criam e cada vez mais os atores políticos devem ter esse cuidado, prometendo realmente aquilo que se pode cumprir. Disse também parecer-lhe que não pode aprovar um documento, onde não é alocada uma data para terminar, pelo que pode durar um mandato. Também disse que poderão existir questões prioritárias e que terão mesmo que ser

resolvidas. Acrescentou que o Regulamento parece ter uma *malha muito larga*, mas a malha há-de ser o bolo que o executivo tem para isso. Disse que tinha uma nota anterior à sessão, onde lhe parecia muito reduzido o valor para estas situações. Mas, possivelmente, é o bolo que se tem. É evidente que se criam expectativas às pessoas, por estar aberta uma candidatura, mas as pessoas também necessitam perceber que não é por estar aberta uma candidatura que, a mesma tem que ser aprovada, sendo isto o que é necessário assumir, seja pelo executivo seja pelo órgão deliberativo. Sublinhou que pode cair-se no erro, conforme afirmado pelos deputados Márcio Ferreira, Marco Andrade e Albino Ramos, de poder aparecer um caso muito específico, o Presidente da Câmara até quer resolver e depois não é possível, por ordem desta Assembleia, que diz que está suspenso. Face ao exposto, o deputado propôs que se for para votar o ponto, que se atribua uma data (dois ou três meses) até um novo Regulamento. Disse que estão disponíveis, enquanto bancada do Partido Socialista, para contribuir na questão do Regulamento mas sublinhou a importância de ser um processo que necessita ser rápido, para se resolver qualquer situação que possa aparecer. ----------

---------**João Cândido da Silva Henrique** ----------

--------Interveio para pedir desculpa aos Juristas e ao deputado Horácio Ribeiro por não ter o dom da palavra do mesmo, mas disse que a sua proposta era a seguinte: que ficasse suspensa a entrada das candidaturas até ao final do mês de setembro havendo o compromisso da entrada do novo Regulamento e ser aprovado na sessão de Assembleia de setembro, tendo o mesmo uma malha muito mais apertada porque no Regulamento em vigor, quase todas as candidaturas têm que ser aprovadas. Sem pôr em questão os Juristas, mas o Regulamento é o que está em vigor já não conseguindo andar para trás. De forma resumida, propunha a suspensão do Regulamento até setembro, altura em que se aprovaria o novo, em sede de sessão de Assembleia. O novo Regulamento terá que ter uma malha muito mais apertada. ----------

---------**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal** ----------

---------No uso da palavra, o Senhor Presidente recordou o referido na Informação apresentada pelos serviços, onde diz "até à regularização das existentes" mas lembrou que já referiu que em setembro, ter-se-á o novo Regulamento onde poderão constar casos muito específicos, gritantes, definindo os critérios, ou seja, no processo de revisão. A informação tem o objetivo de evitar o avolumar de candidaturas até à entrada em vigor do novo Regulamento. Sublinhou que considera que todos estão de acordo com o conteúdo e concorda que esteja "a suspensão até entrada do novo Regulamento".--

---------**Carlos Alberto Bianchi Pinto** ----------

---------Retomou a palavra dizendo que as candidaturas que entrarem agora são aprovadas ao abrigo deste Regulamento e as que entrarem quando o novo estiver em vigor, serão analisadas ao abrigo do novo Regulamento. Mesmo as que tenham entrado agora, independentemente, da suspensão da entrada, ou não, o Regulamento é sempre este. Também disse que a forma não está cumprida. A Assembleia delibera o que entender deliberar, e em consciência, a maioria teria que votar que não, porque se está a votar matéria que não é da competência deste órgão. Disse perceber e entender a questão de fundo, concorda com a mesma mas a questão de forma é que não está bem, pois aparecem novas candidaturas que são recusadas porque a Assembleia recusou, os candidatos impugnam a deliberação e elas entram de igual forma. ----------

---------**Intervenção da Senhora Presidente da Assembleia Municipal**----------

---------Interveio dizendo que se irá votar o pedido elaborado pela Técnica Superior que foi a Reunião de Executivo. Disse que de acordo com a Informação, propõe-se a suspensão da entrada de novas candidaturas até à regularização das existentes. A Câmara aprovou por unanimidade e enviou à Assembleia Municipal. ----------

---------**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**----------

---------Retomou a palavra dizendo que a Assembleia pode aprovar com base nesta informação que fica aprovada até setembro, momento em que ocorrerá a entrada de um novo Regulamento. Esta questão foi colocada, internamente, nomeadamente ao Gabinete Jurídico e Contencioso e a informação enviada foi a de que, nos termos do cento e quarenta e dois do Código do Procedimento Administrativo, os Regulamentos podem ser suspensos pelos órgãos competentes para a sua emissão, ou seja, a suspensão dos Regulamentos deve resultar do órgão competente, a Assembleia Municipal. Salientou que também pode ser de qualquer cláusula do Regulamento. ----------

---------**Intervenção da Senhora Presidente da Assembleia Municipal**----------

---------Retomou a palavra para referir que se aprovará a suspensão da entrada de novas candidaturas até à entrada em vigor do novo Regulamento de Apoio à Melhoria Habitacional em setembro de dois mil e dezoito.----------

Posto este ponto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprová-lo com dois votos contra e dez abstenções.----------

---------Finda a votação deste ponto, o Grupo Municipal do Partido Popular da Assembleia Municipal fez a seguinte declaração de voto: "A Assembleia foi remetido a informação número 3913, datada de 08 de Junho de 2018, onde se descreve; a) o valor das candidaturas, pendentes, no âmbito do Programa Municipal de Apoio à Melhoria Habitacional; b) o facto de se encontrarem pendentes candidaturas referentes aos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018 e c) o valor despendido nos últimos 10

anos, neste programa. Nesse documento pode, ainda, ler-se que, face ao grande número de processos por analisar, se propõe a suspensão da entrada de novas candidaturas até à regularização das existentes. A Câmara Municipal, de acordo com o referido documento, terá deliberado, em 14 de Junho de 2018, aprová-lo e enviar à Assembleia Municipal. Falamos de um apoio às famílias carenciadas do concelho, de um número de candidaturas pendentes não concretizado (referindo-se apenas a valores financeiros) e de uma suspensão por tempo indeterminado. Assim caracterizado, o pedido de deliberação parecia-nos difícil justificar. Pelo Senhor Presidente de Câmara foi explicado: a) que existe uma enorme pendência deste tipo de candidaturas; b) que não existe dotação financeira para acorrer a todos os pedidos; c) que é intenção da Câmara Municipal proceder à alteração do regulamento deste programa a breve prazo, (Setembro de 2018) e c) a suspensão tem como razão fundamental razões de seriedade, de modo a não criar expectativas, nos beneficiários. Fizemos, assim, um esforço para perceber o sentido do documento e da deliberação da Câmara Municipal, integrando-os na norma legal indicada na convocatória, onde se pode ler que compete à Assembleia Municipal *"Aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa do município"*. Salvo o devido respeito, parece-nos claro ser intenção, da Câmara Municipal, que a Assembleia, aprove uma suspensão da eficácia do regulamento, limitada à admissão de novas candidaturas, durante o período de regularização das existentes. Caso tivesse sido deliberado pela Câmara Municipal solicitar à Assembleia essa suspensão parcial, nada teríamos a opor, considerando o disposto no artigo 141 º n.º 2 do Código de Procedimento Administrativo, conjugado com os artigos 25º n.º 1) e 33º n.º 1 alínea ccc) do Regime Jurídico das Autarquias Locais. Esta é, no nosso entender a competência da Assembleia, no que diz respeito ao assunto em questão. (Nesse sentido vide *"Regular o regulamento – Procedimento Regulamentar autárquico em tempo de novo Código de Procedimento* Administrativo" CCDR Centro, 2017 disponível no sítio www.ccdrc.pt, onde se lê ***"Também a modificação e a suspensão da vigência dos regulamentos devem resultar de uma deliberação do órgão (deliberativo) competente (assembleia) para a aprovação dos regulamentos, mediante proposta do órgão executivo."*** Ocorre, porém, que a Câmara, aprovando, por unanimidade, o pedido que consta do documento, presente à Assembleia, não deliberou, no sentido de suspender a eficácia parcial do regulamento. Apenas se limitou a aprovar uma proposta – de suspender a entrada de novas candidaturas ao programa – o que, no nosso entender não é competência da Assembleia. Antes corresponde a uma ordem de serviço (da competência do Executivo) cuja base legal seria a suspensão do regulamento (pretendida, mas não proposta). Mas mais se entende ainda que a própria Assembleia não podia, como fez, deliberar, como fez, no sentido de suspender da entrada de novas candidaturas ao Programa de Melhoria habitacional, até finais de Setembro de 2018, data em que se, presumivelmente, se irá discutir a alteração do regulamento respectivo. Alterando assim o que foi aprovado na Câmara Municipal. É

que, salvo o devido respeito, a Assembleia, enquanto órgão deliberativo e de controlo democrático da actuação da Câmara Municipal é soberana e tem dois limites de actuação – o que resulta do quadro das suas competências e o que resulta do quadro de competências dos demais órgãos da Administração Pública. Se o que lhe é proposto não é a suspensão parcial do regulamento, não tem competência para deliberar, suspender, com ou sem alterações, os efeitos desse instrumento jurídico (seja parcial, seja totalmente). Em suma, entendemos que a deliberação tomada na assembleia é nula, por violação das regras de competência material da Assembleia, pelo que tivemos, em consciência, que votar no sentido de não a aprovar."----------

---------Após a votação deste ponto, o deputado Diogo Carvalhas fez a seguinte declaração de voto: "1 – O ponto em questão refere-se à análise, discussão e votação do Programa Municipal de Apoio à Melhoria Habitacional; 2 – A convocatória não referia de que análise, discussão e votação se tratava, só dizia o tema; 3 – Seria a criação, suspensão, a revisão ou o termo do programa?; 4 – Na documentação distribuída aos membros da Assembleia Municipal foi concretizado o propósito: a suspensão da entrada de novas candidaturas; 5 – Parece-me que a convocatória não faz a devida menção ou, pelo menos, nos termos adequados; 6 – Por outro lado, não resulta claro, nem da informação enviada à Assembleia, nem da discussão realizada em Assembleia, se, votação realizada, a deliberação é válida e eficaz; 7 – Mas mais, neste caso e perante um regulamento dever-se-ia ter o cuidado de apresentar a proposta de adição de novo artigo, alteração de artigo que permite a submissão de candidaturas ou simples remoção deste; 8 – O programa municipal de apoio à melhoria habitacional pretende realizar o apoio a famílias carenciadas do concelho; 9 – O argumento apresentado pelo Executivo Municipal para a realização da referida suspensão prende-se com a falta de dotação, no entanto, não foi apresentado em confronto o montante orçado para o programa e o valor necessário para a continuação do programa; 10 – Também daqui resulta obscuridade; 11 – Para além disso, a ser o argumento referido exato, sempre seria preferível a revisão do regulamento do programa, restringindo a possibilidade de candidatura às situações mais urgentes e necessárias – tal revisão foi mesmo referida como "em curso" pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, mas a mesma revisão poderia já ter sido apresentada, em vez desta suspensão, dado que o regulamento tem apenas 19 artigos (6 páginas) (!!!); 12 – O que, parece-me, é mais adequado do que a suspensão pura e simples da entrada de novas candidaturas, que pode desembocar em situações gravemente injustas. Posto isto, abstive-me na votação atenta a falta de clareza do que estava a ser votado, ter sérias dúvidas quanto à validade da deliberação e considerar que seria preferível a revisão do regulamento, restringindo as candidaturas de modo a salvaguardar sempre a intervenção em situações urgentes e necessárias".----------

Ponto Nove – Apreciação, nos termos da alínea c), do número dois, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei número 75/2013 de doze de setembro, da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal, relativamente à atividade do Município, bem como da sua situação financeira. ----------

---------**Horácio António de Paiva Ribeiro**----------

---------Interveio questionando o Senhor Presidente da Câmara se já tem pensado os incentivos para a questão da valorização do insucesso escolar. ----------

---------**Márcio dos Santos Ferreira** ----------

---------Usou da palavra para referir que intervém para lamentar uma situação, porque de facto há alguns meses atrás fez uma intervenção numa sessão de Assembleia, infelizmente nessa mesma sessão o Presidente da Junta de São Joaninho não estava, dirigindo-se ao Senhor Presidente para encetar esforços no sentido das casas de banho, iniciadas já há algum tempo e também paradas desde a tomada de posse deste executivo e do da Junta de Freguesia, e a obra ficar concluída a tempo do São João. A verdade é que, nem mais um tijolo, nem mais um azulejo ali foi assente e o São João fez-se, mais uma vez, sem as casas de banho. Disse, não poder deixar de passar esta mágoa e também exigir algumas explicações.----------

---------**Constantino Duarte Silva** ----------

---------Usou da palavra para se referir a uma obra incompleta mas que já foi inaugurada. Em Cujó, o anterior executivo requalificou a eira da Fraga, foi inaugurada em dois mil e dezasseis mas carece de iluminação pública. Existem instalados pela Câmara, três candeeiros rústicos nessa eira não estando ligados em rede, pelo que, quando os candeeiros de rua ligam, os da eira continuam apagados. Salientou este aspecto, porque é uma questão de necessidade. Ao requalificar aquele espaço onde foi uma eira, pensou-se em torná-lo num anfiteatro tendo sido encenadas peças de cariz religioso, popular e até tradicional da Freguesia de Cujó. Foi por essa razão e por outras que o deputado remeteu uma mensagem de correio eletrónico ao Senhor Presidente, por causa da iluminação pública. Estavam previstas as encenações de Fátima naquele espaço, as pessoas ensaiavam lá para ser representado no dia dezanove de maio e a luz da rua ligava às dez menos um quarto e ligando a essa hora era já muito difícil fazer os ensaios nesse mesmo espaço. Passados dois dias a luz voltou, pelo que agradeceu. Acrescentou que nem a Junta de Freguesia tem pago o serviço prestado a quem cede a iluminação. Também o Engenheiro João, no ano passado, levou ao local um gerador para alimentar esses três candeeiros e a primeira resposta que teve, foi uma má resposta de uma pessoa da terra, porque não queria ouvir aquele barulho e o mesmo, por iniciativa própria, ligou o cabo desses três candeeiros à iluminação pública. Foi lá enviado para fazer a representação de uma tradição que é única no concelho de Castro Daire, a entrada aos serões na Freguesia de Cujó, tendo

sido feita a representação dessa peça e que se está a pensar representar no dia quatro de agosto, nessa mesma eira mas que gostariam de ter a iluminação regularizada.----------

---------**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**----------

---------Usou da palavra para se referir à intervenção do deputado Márcio Ferreira relembrando que é uma obra da Junta de Freguesia. Disse que já conversou com o Presidente da Junta de Freguesia e disse que a Câmara está disponível para colaborar/protocolar a resolução dessa questão. Mas o problema acaba por ser sempre o mesmo, só foram deliberados os subsídios às coletividades do ano passado, mas disse estar convencido que em breve se solucionará essa questão das casas de banho. Infelizmente, não foi possível antes das festas de São João. Refere também que ficou com o registo do pedido de iluminação da eira para o dia quatro de agosto, em Cujó ----------

---------**Armando Rodrigues de Lemos** ----------

---------Usou da palavra referindo que relativamente ao projeto do combate ao insucesso escolar, o mesmo é dividido em três subprojetos, um de mediação familiar, outro crescer e inovar e um terceiro de expressão musical. Os dois primeiros subprojetos são direcionados aos alunos do primeiro ciclo, nomeadamente alunos com Necessidades Educativas Especiais. O subprojeto da expressão musical pode ser extensivo aos alunos do quinto e sexto anos. Este projeto tem alocado o valor de trezentos e trinta e seis mil e seiscentos euros é financiado e será dado início à fase de contratação dos Técnicos que posteriormente farão formação na Comunidade Intermunicipal Viseu-Dão Lafões. Está previsto, para a mediação familiar dois Técnicos, para o crescer e inovar três Técnicos (um Terapeuta da fala, um Terapeuta ocupacional e um Técnico de Motricidade Humana). Esta equipa estará disponível no Agrupamento de Escolas, acompanhará as equipas da Educação Especial e será extensivo a todas as escolas do Primeiro Ciclo. ----------

---------**Carlos Alberto Bianchi Pinto** ----------

---------Referiu-se à sugestão do deputado João Henrique para fazer chegar a questão da limpeza dos terrenos e a respetiva dedução à coleta ao Governo. Assim fez a leitura da seguinte informação: "A Assembleia Municipal delibera: 1 - Recomendar ao Governo que, em sede de Orçamento de Estado, considere as despesas das limpezas dos terrenos florestais no âmbito das faixas de contenção de incêndios em sede de dedução à coleta; 2 – Recomendar à Assembleia da República que em sede de discussão do orçamento os grupos parlamentares, caso tal não resulte da proposta de Lei do Governo, introduzam as alterações nesse sentido; 3 – Comunicar as recomendações ao Senhor Primeiro-Ministro, aos Ministros da Agricultura e Finanças, ao Senhor Presidente da República, aos Presidentes dos Grupos Parlamentares e também ao Senhor Presidente da Assembleia da República." ----------

---------**Márcio dos Santos Ferreira** ----------

---------No uso da palavra, fez saber que relativamente a este assunto a sua opinião não é assim tão clara e tão evidente no que diz respeito à dedução à coleta das despesas, até porque há muito boa gente que tem muito boas propriedades e muito dinheiro que pode vir a beneficiar dessa dedução criando situações de injustiça fiscal, com as quais não pretende cooperar. Disse que o que entende é que, se essa dedução for de admitir e se for legislada, que a mesma seja até um determinado escalão do IRS, no mínimo, mas de forma clara disse não lhe parecer nada justo e nesses termos, afirmou não votar.----------

---------**João Cândido da Silva Henrique** ----------

---------Interveio para dizer que não tem nenhum jacaré e normalmente são esses que têm massa que deduzem tudo à coleta, mas disse que não deduz, porque não tem dinheiro para o comprar. Esta questão não é para beneficiar A, B ou C, o mais rico ou o mais pobre, pretende-se beneficiar a floresta. Relativamente à dedução à coleta, tudo aquilo que for específico, para uma determinada coisa, não tem escalões. O IRS não funciona dessa maneira. ----------

---------**Intervenção da Senhora Presidente da Assembleia Municipal**----------

---------Usou da palavra para referir que este tema poderá ser melhor trabalhado para a próxima sessão de Assembleia Municipal.----------

Ponto Nove – Aprovação, nos termos do disposto no número três e para efeitos do disposto no número quatro do artigo 57.º do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro, da ata em minuta para produção de efeitos imediatos e eficácia externa.----------

Posto este ponto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo.----

---------E nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria Eulália da Silva Teixeira, deu por encerrada a sessão, eram treze horas e quarenta minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente e por mim, Idália Sofia Ferreira Ribeiro, Secretária de Apoio à Vereação, para o efeito designada, que a secretariei e redigi.----------

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,

-Maria Eulália da Silva Teixeira-

A SECRETÁRIA,

Idália Sofia Ferreira Ribeiro

-Idália Sofia Ferreira Ribeiro-